

Ivan do Nascimento

**Os impactos do plano real sobre os níveis de emprego e renda
na Região Metropolitana de Salvador**

SALVADOR

1998

IVAN DO NASCIMENTO

OS IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE OS NÍVEIS DE EMPREGO
E RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciências Econômicas da Universidade Federal
da Bahia como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas

ORIENTADOR: ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA

SALVADOR
1998

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao Prof.º Antônio Plínio não só pelas inúmeras vezes em que me ajudou ao longo destes anos na Faculdade, mas principalmente pela compreensão e paciência para com este neófito nos às vezes tortuosos caminhos da pesquisa econômica.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	5
1 INTRODUÇÃO	6
2 A CRISE GLOBAL DO EMPREGO E O CASO BRASILEIRO	8
2.1 A CRISE DO EMPREGO NO FINAL DO SÉCULO XX	8
2.2 A SITUAÇÃO DO EMPREGO NO CONTEXTO DA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	12
2.3 O CASO BRASILEIRO	14
3 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	16
3.1 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL	17
3.2 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	19
3.3 NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E DE RENDA	20
4 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO 90/92 - OS IMPACTOS DO PLANO COLLOR	23
4.1 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E A TAXA DE DESEMPREGO	24
4.2 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	28
4.3 NÍVEIS DE RENDA	30
5 OS IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	31
5.1 IMPLEMENTAÇÃO E CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PLANO REAL	32
5.2 OS IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE A TAXA DE DESEMPREGO	37
5.3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO SETORIAL	43
5.4 ANÁLISE DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	45
5.5 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE RENDA	47
6 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

1 - Taxa de Atividade, Desemprego Aberto e Desemprego Total - RMS, 1990/92	26
2 - Movimentação Admissões/Desligamentos 1990/92 - RMS e Bahia	27
3 - Índice Mensal de Empregados, por Setor de Atividade - RMS - Jan a Jun 1990	27
4 - População Ocupada por Setor de Atividade - RMS - 1990/92	28
5 - População Ocupada por Posição na Ocupação - RMS - 1990/92	29
6 - Taxa de desemprego aberto - RMS e Brasil - 1990/97	37
7 - Taxa mensal de desemprego aberto - RMS - jan/94 a fev/98	41
8 - População ocupada por setores e ramos de atividade - RMS - 1990/97	43
9 - População ocupada por posição na ocupação - RMS - 1990/97	46
10 - Taxa de desemprego aberto e de "desemprego total" - RMS - 1993/96	50

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Taxas de Desemprego Aberto - Brasil e RMS - 1990/97	38
2 - Taxas de Desemprego Aberto - Brasil e RMS - Jan/94 a Fev/98	40
3 - Distribuição Setorial - RMS - 1990/97	44
4 - Posição na Ocupação - RMS - 1990/97	47
5 - Rendimento Médio Real dos Ocupados - RMS - 1994/97	49
6 - Evolução do Índice de Rendimento Médio Real - RMS - Jun/94 a Dez/96	49

1 INTRODUÇÃO

Com o sucesso do Plano Real em derrubar a inflação, outros problemas substituíram a elevação do nível de preços como as principais preocupações da população e dos economistas. A maior de todas é, sem dúvida, o desemprego.

A divulgação dos primeiros dados da PME - Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE para os primeiros meses de 1998 revelou um expressivo e generalizado aumento do desemprego, pondo em evidência, mais do que nunca, este grave problema social e acirrando o debate a respeito de suas causas.

O fenômeno do desemprego se constitui num problema crônico da Região Metropolitana de Salvador, que nos últimos anos tem apresentado quase que invariavelmente as mais elevadas taxas dentre as seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME.

O objetivo deste estudo é analisar o comportamento do mercado de trabalho da RMS tendo em vista os impactos que o Plano Real teve sobre os níveis de emprego e renda nos últimos anos. Com isso, espera-se não apenas verificar até que ponto o Plano Real afetou o mercado de trabalho local, mas também contribuir com mais informações para que se possa compreender melhor o problema recente do emprego na Grande Salvador e, a partir disto, incentivar a sociedade e o governo no sentido da adoção de medidas efetivas e bem dirigidas para combater o problema.

No Tópico 2, o problema recente do emprego é apresentado em suas linhas gerais, bem como os enfoques teóricos do liberalismo e do keynesianismo acerca das causas do desemprego.

No Tópico 3, analisamos as principais características estruturais do mercado de trabalho da RMS, enfatizando sua precariedade, dada pela elevada magnitude do segmento

informal, pelos baixos níveis de renda e pela ausência de vetores de crescimento econômico capazes de absorver o contínuo aumento da oferta de mão de obra.

No Tópico 4, é feito um resumo do comportamento dos indicadores do mercado de trabalho sob o efeito da recessão que caracterizou os anos Collor.

Por fim, no Tópico 5, são apresentadas as características gerais do Plano Real e seus efeitos sobre os níveis de emprego e renda. Tenta-se nesse Tópico, traçar um perfil de comportamento dos indicadores e compará-lo com o triênio 1990/92, com o objetivo de ressaltar as diferenças e semelhanças entre os dois períodos.

2 A CRISE GLOBAL DO EMPREGO E O CASO BRASILEIRO

Após quase três décadas de crescimento econômico constante, com pleno emprego e baixa inflação (a *idade de ouro* do capitalismo), os países centrais da dinâmica capitalista se viram às voltas, a partir de meados dos anos 70, com níveis de preços e de desemprego consideravelmente mais elevados. Durante os anos 80, os países industrializados procederam a uma política de aperto monetário e conseguiram, na maior parte dos casos, chegar ao objetivo de estabilização dos preços. Porém, o desemprego se mostrou persistente, em especial nos países da Europa. Cerca de 35% da PEA mundial encontra-se atualmente na situação de desemprego ou subemprego: são aproximadamente 800 milhões de pessoas. Se considerados somente os países da OCDE (países desenvolvidos) são cerca de 34 milhões de desempregados (Pochmann, 1996). Segundo Azevedo, “A situação no mercado de trabalho do final dos anos 90 é mais grave do que as crises anteriores de falta de oportunidade para trabalhar porque, associado a uma redução do ritmo de crescimento do produto e da demanda na maior parte dos países do mundo, verifica-se um descolamento entre o movimento do nível de renda e produto e a geração de novos postos de trabalho” (Azevedo, 1995, p.9). A crise do emprego nestas duas últimas décadas do século XX tem levado os economistas a formulações quanto às suas causas e possíveis remédios, os quais se mostram bastante diferentes e, em muitos casos, completamente opostos. O objetivo deste Tópico é expor as características da atual crise do emprego, seus principais determinantes, a nível macro e microeconômico, bem como apresentar os principais enfoques teóricos quanto às causas do desemprego e as medidas recomendadas para resolver o problema.

2.1 A CRISE DO EMPREGO NO FINAL DO SÉCULO XX

Durante todo o período do pós-guerra as principais economias avançadas experimentaram crescimento contínuo, com baixo desemprego e baixa inflação. Foi a “época de ouro” do capitalismo. Ao longo de todo este período, e como reflexo da crise dos anos trinta, havia um compromisso político e social em torno da defesa do emprego nestes países, o que se consubstanciava nas políticas keynesianas de manutenção dos níveis de demanda agregada e na implantação do Estado do Bem-Estar Social.

A partir do início dos anos 70 o modelo de desenvolvimento fordista entra em crise registrando quedas nas taxas médias de produtividade, crescimento da inflação e o ressurgimento do problema do desemprego, que se agrava a partir de meados da década. Com a crise dos anos 70 o compromisso com o pleno emprego vigente nas décadas anteriores é substituído por uma nova agenda política e econômica que prioriza o combate à inflação e o controle dos gastos governamentais (Pochmann, 1996).

O *Welfare State* passa a ser colocado em questão, no que se refere às implicações de seus mecanismos de proteção social e procedimentos regulatórios do mercado de trabalho sobre as condições de geração de novos postos de trabalho em número suficiente para acomodar o crescimento da PEA. Argumentava-se, então, (como agora também) que o Estado do Bem-Estar implicava em rigidez no mercado de trabalho, o que impedia que a economia gerasse os empregos necessários nas novas condições de produtividade determinadas pelas vertiginosas transformações na estrutura produtiva, que tiveram início em meados dos anos 70 e se intensificaram nos anos 80 e 90, e nas novas condições do comércio mundial e dos níveis mais baixos de demanda agregada que passam a vigorar desde então.

Esse argumento que identifica no maior grau de regulamentação do mercado de trabalho (via estipulação de um salário mínimo, leis de proteção ao emprego, ação dos sindicatos etc.) um forte determinante para explicar o desemprego (e que recomenda, portanto, maior flexibilidade das relações de trabalho como forma de aumentar o nível de emprego) tem raízes fincadas na abordagem neoclássica do equilíbrio no mercado de trabalho. De acordo com este enfoque, desde que salários nominais e preços sejam absolutamente flexíveis o salário real tenderá a se acomodar no nível que determina o pleno emprego. Qualquer intervenção externa no mercado de trabalho implica em algum grau de rigidez no sistema, o que impedirá que as livres forças do mercado procedam ao ajuste automático entre oferta e demanda por trabalho. O salário real estará fora (acima) do nível de equilíbrio, as firmas não poderão maximizar lucros e haverá desemprego. Essa análise, de natureza microeconômica, considera os salários tão somente como custos para as empresas. Segundo este raciocínio, o mecanismo para aumentar o nível de emprego seria a flexibilização das relações trabalhistas. A possibilidade do salário nominal ser reduzido (menos encargos, menor pressão dos sindicatos etc.) levaria as empresas a contratar mais. De acordo com este enfoque a dinâmica do emprego estaria

condicionada a fatores internos ao mercado de trabalho. Fatores externos como o nível de crescimento do produto não são considerados nesta análise.

Os economistas e políticos que defendem este argumento apontam as diferenças entre as taxas de desemprego dos EUA e da Europa como principal evidência de que um mercado de trabalho mais flexível leva a taxas de desemprego menor. Desde 1983 as taxas de desemprego verificadas na Europa são consideravelmente maiores do que a dos EUA. Enquanto que na Europa as taxas giram em torno de uma média de 10%, nos EUA ela fica em cerca de 5%. Este tipo de evidência levou muitos analistas a considerarem que os EUA haviam feito um “opção pelo emprego” enquanto que a Europa teria “optado pelo salário”. Azevedo, no entanto, ressalta que este melhor desempenho do mercado de trabalho norte-americano não se deve exclusivamente ao maior grau de desregulamentação nos EUA e sugere que “... a principal explicação para a diferença na geração de empregos, entre os dois conjuntos de países, encontra-se na intensa transformação porque passa a agricultura européia nos anos 80, em comparação com os EUA, que já tinha integrado a sua produção agrícola aos mercados competitivos, em períodos anteriores. A queda das ocupações agrícolas na Europa é 2,5 vezes mais acelerada do que nos EUA” (Azevedo, 1995, p.15). Já Mattoso ressalta que a economia americana se adaptou melhor aos patamares mais baixos de crescimento mundial, ditados pela globalização financeira. Assim, o crescimento médio anual nos EUA, sendo superior ao registrado na Europa, teria favorecido a maior capacidade de geração de empregos na economia norte-americana, nas duas últimas décadas (Mattoso, 1997). Por fim, cabe acrescentar a ressalva de Cacciamali: “Nos EUA - paradigma de um mercado de trabalho flexível - a taxa de desemprego aberta, embora menor do que nos países europeus, mudou de patamar desde os anos 70 e, desde meados dos anos 80, a maior parte das ocupações geradas é instável, em período parcial e mal paga, além de não oferecer perspectivas de ascensão.” (Cacciamali, 1995, p.219).

Por outro lado, numa outra perspectiva, que considera fundamentalmente os fatores externos ao mercado de trabalho, o enfoque keynesiano privilegia uma análise macroeconômica do mercado de trabalho. Para Keynes são as decisões de gastos dos diversos agentes econômicos que determinam o nível de atividade e, conseqüentemente, o nível de emprego. O nível de salário real é determinado *a posteriori*. O nível de investimento na economia depende das expectativas dos empresários quanto às

possibilidades de valorização de seu capital. Nesse mecanismo, a taxa de juros é uma variável fundamental, pois é com ela que a eficiência marginal do capital será comparada e o montante dos gastos será decidido. Para Keynes não há uma relação clara e determinística entre salários nominais e nível de emprego, vale dizer, redução de salários nominais não necessariamente levam a níveis de emprego mais elevados. Isso ocorre porque Keynes considera os salários não apenas como custo para as empresas, mas também como componentes da demanda efetiva. Assim uma redução generalizada de salários na economia pode levar a uma situação de demanda insuficiente (subconsumo); as firmas podem não conseguir vender sua produção, os estoques aumentam e os preços tendem a cair. Desta forma, uma redução de salário nominal (W) pode levar a uma redução também nos preços (P). Assim o nível de salário real (W/P) é ambíguo. O salário real pode até aumentar se P cair mais do que W . Portanto, para Keynes, salários flexíveis não são garantia de geração de empregos: estes dependem crucialmente do montante dos dispêndios, ou seja, da demanda efetiva (Amadeo; Estevão, 1994).

No entanto, como já observado anteriormente, a partir de meados dos anos 70 as políticas keynesianas tradicionais vão perdendo espaço, em função do novo compromisso de controle dos déficits públicos, austeridade nos gastos governamentais e combate à inflação. Ao longo de toda a década de 80, as principais economias avançadas implementaram um conjunto de políticas de corte neoliberal, políticas estas que chegam com força total à agenda política dos países latino-americanos principalmente nos anos 90. Esse novo conjunto de políticas hegemônicas, que se traduzem em desregulamentação dos mercados, redução dos gastos sociais, privatizações e, no caso das economias latino-americanas, planos de estabilização baseados em aperto monetário, valorização cambial e abertura comercial, irão impactar negativamente sobre o crescimento, determinando, assim, condições adversas à geração de empregos.

2.2 A SITUAÇÃO DO EMPREGO NO CONTEXTO DA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A partir de meados dos anos 70 as principais economias industriais passaram por uma série de rápidas e profundas transformações nas bases de suas estruturas produtivas.

Essas transformações se referem, basicamente, ao surgimento de novas tecnologias e a novos padrões organizacionais e de gestão do trabalho, que rapidamente foram incorporados pelos mais diferentes setores produtivos.

O conjunto de inovações tecnológicas geradas, principalmente, no bojo do complexo eletrônico, se constitui num novo paradigma tecnológico, na acepção schumpeteriana do termo, isto é, um conjunto de amplas e radicais transformações tecnológicas, institucionais e organizacionais nas bases da estrutura produtiva, com capacidade de se disseminar pelos mais diversos setores, criando novos produtos e processos, ao mesmo tempo em que torna obsoletos produtos e processos pertencentes ao paradigma anterior. A incorporação da automação e da informatização nos processos produtivos se tornou um dos pilares fundamentais da construção dos novos níveis de competitividade industrial (Coutinho, 1993).

Neste novo paradigma produtivo as tecnologias digitais flexíveis e as novas formas de organização da produção e do trabalho (como o *just in time* e a terceirização) permitem que o processo produtivo como um todo seja mais flexível, possibilitando o aumento da intensidade do uso dos fatores de produção, inclusive o trabalho, com menor perda de tempo alocado e maior eficiência.

Esses novos padrões de estruturação da produção trazem importantes conseqüências para o emprego nas modernas sociedades industriais. Segundo Cacciamali, nos países industrializados, “Por um lado, as empresas estão criando menos empregos estáveis em período integral; e, por outro, o sistema produtivo não oferece à força de trabalho remanescente oportunidades de inserção em atividades permanentes e com bom nível de renda. Ou seja, esses países estão se defrontando com o agravamento do fenômeno do desemprego estrutural.” (Cacciamali, 1995, p.218). Assim, observa-se que nos setores mais dinâmicos há uma tendência a que se gere cada vez menos empregos, à medida que a automação, a informatização e as novas formas de organização da produção avançam, em especial na indústria. Por outro lado, as ocupações geradas no setor terciário geralmente não oferecem bons níveis de remuneração e estabilidade e são, em boa parte, fruto de um processo de terceirização de funções não essenciais (Cacciamali, 1995).

No entanto, embora não haja dúvidas de que, de fato, o novo paradigma traz importantes problemas para a geração de empregos e mesmo para a manutenção dos atuais postos de trabalho, não se deve restringir a problemática do desemprego unicamente à análise do chamado “desemprego tecnológico”. É preciso dar atenção aos determinantes externos ao mercado de trabalho, em especial aqueles ligados ao ritmo de crescimento e ao nível de demanda agregada. Vale ressaltar a colocação de Pochmann (Pochmann, 1996, p.528): “Parece interessante lembrar que, entre os anos quarenta e sessenta, importantes inovações tecnológicas foram realizadas, potencializando os ganhos de produtividade, mas sem contribuir para a ampliação do desemprego. Atualmente, atribuir a carência de empregos à difusão de novas tecnologias acaba por reduzir a dimensão do problema, pois se há expansão da demanda agregada, a difusão de um novo padrão tecnológico tende a alterar a composição setorial da ocupação, substituindo postos de menor qualificação pelos de maior qualificação, ao invés de apenas e simplesmente provocar a desaparecimento do trabalho”.

Portanto, para Pochmann a ênfase da análise do problema do emprego deve se concentrar nas variáveis externas ao mercado de trabalho, em especial nas condições de crescimento da demanda: “É necessário romper com as análises limitadas, quase que exclusivamente às variáveis endógenas do mercado de trabalho, pois estas abstraem explicita ou implicitamente as variáveis exógenas, justamente as principais responsáveis pela atual crise do emprego no capitalismo contemporâneo. (...) [a crise do emprego].. tem implicações diretas que decorrem do processo dominante de globalização financeira e adoção generalizada de políticas neoliberais.” (Pochmann, 1996, p.529).

É justamente este último ponto (a adoção generalizada de políticas neoliberais) que se coloca em relevo, ao se tratar do problema recente do emprego no caso do Brasil.

2.3 O CASO BRASILEIRO

No Brasil, os efeitos das transformações estruturais na produção passaram a ser mais intensos a partir do processo de abertura da economia, iniciado no governo Collor. Até então, a economia brasileira estava, de um modo geral, relativamente preservada da concorrência internacional por meio de uma política de comércio exterior protecionista. Com a abertura, esses setores foram expostos à concorrência mais intensa com grupos econômicos multinacionais e muitos não têm conseguido sobreviver aos novos padrões

de competição capitalista, tendo sido eliminados do mercado, incorporados por empresas estrangeiras ou se viram obrigados a realocar seus investimentos para outros segmentos.

Parte das empresas nacionais que continuam no mercado (em especial aquelas que se situam nos segmentos mais dinâmicos e competitivos) vem passando por um intenso processo de reestruturação, que envolve a compra de máquinas e equipamentos modernos, que incorporem as tecnologias digitais mais avançadas, a reorganização dos processos de trabalho e a redefinição das estratégias empresariais, por meio de fusões, aquisições, *joint-ventures* etc.

O esforço das empresas brasileiras no sentido de redução dos custos e aumento da eficiência parece apontar para o fato de que o ajuste para tornar a economia brasileira mais competitiva será (está sendo) pago pelos trabalhadores. Esse processo de reestruturação produtiva destrói postos de trabalho existentes, ou substitui postos de trabalho melhores por outros com menor nível de remuneração e segurança (através principalmente da terceirização), além de reduzir a capacidade futura de geração de empregos da economia. Segundo Virene Matesco, “As empresas que obtiveram êxito em suas ações ligada à gestão e à tecnologia vêm reduzindo a verticalização de sua estrutura produtiva. Obviamente, o achatamento na estrutura hierárquica tem levado à eliminação de postos de trabalho tradicionais. Além da perda na quantidade de empregos industriais, a mão-de-obra vem passando por uma transformação qualitativa, no que tange a necessidade de utilização de maior conteúdo técnico na função industrial e crescente polivalência” (Matesco, 1995, p.620). Ou seja, em outras palavras, o Brasil já sente os primeiros efeitos deste novo desemprego estrutural, derivado dos novos processos técnicos de produção e dos novos padrões de organização e uso do trabalho.

No entanto, no caso do Brasil, o processo de abertura econômica, iniciado no Governo Collor e levado adiante nos governos seguintes, se insere num processo mais amplo, qual seja, a adoção de forma profunda e deliberada da agenda típica neoliberal, que, além da abertura ao comércio exterior e ao investimento direto externo, também inclui redução dos gastos públicos, desregulamentação dos mercados, privatizações e, no caso brasileiro, os planos de estabilização de corte neoliberal, com valorização cambial, altas taxas de juros e medidas de restrição ao crescimento da demanda agregada.

Portanto, para uma ampla compreensão da problemática do desemprego no país, é preciso levar em consideração os fatores conjunturais, os quais, nos últimos anos, se identificam, sobretudo, com o cenário estabelecido pelo Plano Real.

Com isso, pretende-se ampliar o alcance da análise do problema do desemprego, rompendo, como diz Pochmann, com as limitações das análises que levam em consideração tão-somente os fatores internos ao mercado de trabalho (e que, conseqüentemente, acabam por se resumir em propostas de flexibilização das relações de trabalho etc.).

3 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS

O objetivo deste Tópico é tecer algumas considerações sobre as principais características estruturais do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, como pré-requisito necessário à análise das transformações ocorridas nos anos 90 neste mercado de trabalho, em particular aquelas ligadas ao Plano Real, o que será levado a cabo nos Tópicos 4 e 5. Neste Tópico, será analisado também o desempenho mais recente do mercado de trabalho regional na década de oitenta, com o objetivo de estabelecer uma tendência de longo prazo para o período, de modo que a análise do período seguinte, os anos 90, possa ter uma referência a título de comparação.

Nos anos 70, diversos empreendimentos industriais, viabilizados em grande parte por vultuosos investimentos públicos, são realizados na Bahia, alterando a estrutura produtiva do Estado. A implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, em particular, trará importantes mudanças para a economia regional nos anos seguintes. A partir deste momento, nota-se uma tendência nítida do setor secundário tornar-se o principal setor da economia baiana, tendo o Pólo Petroquímico como carro-chefe, o que se reflete nos dados do PIB para o período.

Estas alterações na estrutura da economia baiana também tiveram impactos sobre o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, onde a maior parte dos novos empreendimentos está instalada.

Em virtude de seu caráter capital intensivo, a indústria de transformação, e o segmento químico e petroquímico em particular, não contribuiu de forma expressiva para a geração de empregos diretos na RMS, como será visto mais adiante neste Tópico. Entretanto, a implantação do Pólo teve importantes efeitos dinamizadores sobre toda a economia da Grande Salvador, efeitos estes, que em termos de mercado de trabalho, se consubstanciam principalmente na geração de empregos indiretos no setor terciário, seja pela expansão dos chamados serviços de produção como também pela dinamização do comércio e outros serviços, beneficiados sobretudo pelo aumento da massa salarial gerada no complexo petroquímico. É interessante ressaltar que os efeitos indiretos na

geração de postos de trabalho no terciário se devem não à *quantidade* de empregos diretos gerados pelo segmento químico e petroquímico mas sim à *qualidade* dos mesmos, isto é, foram os níveis de renda mais elevados verificados entre os empregados ligados aos novos empreendimentos industriais que viabilizaram o surgimento e expansão de novas atividades comerciais e de serviços.

Em outras palavras, o Pólo Petroquímico de Camaçari propiciou a criação de um mercado consumidor maior e mais dinâmico, permitindo o crescimento das vendas no comércio e o surgimento de novos serviços na região, voltados para um público alvo de maior poder aquisitivo. Este movimento se reflete no aumento da proporção de empregadores em relação ao total dos ocupados, verificado ao longo dos anos 80: de acordo com dados da PNAD, em 1981 os empregadores representavam apenas 1,8% da população ocupada; já no final da década, esta proporção é de 4,3%, o que demonstra a existência de oportunidades para o surgimento de novos negócios. Uma das evidências mais notáveis que podem ilustrar este processo foi o surgimento de diversos *shopping centers*, na década de 80, na RMS.

Nas seções a seguir são analisadas algumas das características mais marcantes do mercado de trabalho regional, no que se refere à distribuição dos ocupados em setores e ramos de atividade e à forma de inserção no mercado de trabalho (posição na ocupação), bem como os níveis de instrução e de rendimento da população ocupada. Serão utilizados, basicamente, os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, referentes aos anos de 81 e 89¹.

3.1 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

Assim como ocorre em outras regiões do Brasil e no Estado da Bahia, também na Região Metropolitana de Salvador verifica-se um aumento considerável da taxa de atividade da população feminina, que passa de 37,4% em 81 para 45,9% em 89. Este fato, somado ao aumento também da taxa masculina (em menor proporção) resulta na

¹ Serão basicamente confrontados os dados de 89 com os de 81, de modo a estabelecer uma tendência de longo prazo para a década de 80, sem a preocupação de se ater aos movimentos intermediários, uma vez que este não é o objeto de estudo deste trabalho. Além disso, a opção de se trabalhar com os dados até 89 se deve ao fato de que os dados a partir de 1990 serão utilizados nos Tópicos seguintes, que cobrem o comportamento do mercado de trabalho nos anos 90.

elevação expressiva da taxa de atividade na RMS, destacando-se o fato de que este aumento se deve sobretudo ao aumento da ocupação, visto que os desocupados reduzem sua proporção em relação à população economicamente ativa, de 7,1% para 6,5% no período analisado. É importante ressaltar, entretanto, que o aumento da taxa de atividade e da ocupação na década de 80 não refletem, necessariamente, uma melhora nas condições de vida do trabalhador metropolitano. Contrariamente, os dados que indicam o aumento expressivo da informalidade e dos vínculos empregatícios precários nas relações de trabalho na RMS e a própria crise que afetava o país na década de 80 parecem apontar muito mais para o fato de que o aumento da participação no mercado de trabalho e, principalmente, a maior entrada das mulheres na PEA, se deveu à necessidade de complementar a renda familiar, achatada por um ambiente de crise generalizada na economia, num momento em que os rendimentos do chefe da família já não são suficientes para prover o sustento da família. (Braga, 1995, p.3)

A despeito do processo de industrialização deflagrado pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari no final dos anos 70, os dados da PNAD para o início e o fim da década de 80 demonstram a já tradicional liderança do setor terciário como o principal setor empregador da Região Metropolitana de Salvador. O terciário aumenta sua participação em relação ao total da população ocupada, de 71% em 1981 para 77,2% em 1989. Paralelamente, o secundário tem sua participação reduzida, passando de 27,6% para 21,4% dos ocupados. Este movimento reflete tanto a natureza estrutural da indústria de transformação instalada no Estado, no que se refere ao fato de que a química e petroquímica, assim como a metalurgia, são ramos altamente intensivos em capital, com baixa capacidade de geração de empregos diretos, como reflete também a crise pela qual passa a construção civil na década de 80, motivada basicamente pelo fim das obras de implantação do Pólo, pelo colapso do Sistema Financeiro da Habitação e pela redução dos investimentos em obras públicas (Borges, 1993, p.77). Tanto a indústria de transformação como a construção civil, principais ramos do setor secundário, reduzem sua participação na absorção da mão-de-obra metropolitana no período: em 89, a indústria de transformação respondia por 11,3% da população ocupada e a construção civil por 7%. No início da década, estes ramos respondiam por, respectivamente, 14% e 10% dos ocupados.

Se, por um lado, como já citado anteriormente neste Tópico, a indústria de transformação não contribuiu de forma expressiva para a absorção de mão-de-obra (em termos de empregos diretos), em decorrência de seu caráter capital-intensivo, por outro lado, os efeitos dinamizadores sobre a geração de postos de trabalho no terciário são bastante consideráveis, fato evidenciado pelo aumento da participação do terciário na absorção da mão-de-obra, conforme visto no parágrafo acima. De acordo com os dados da PNAD, nota-se, principalmente, o aumento da importância empregatícia do ramo Prestação de Serviços (no qual estavam inseridos, em 89, cerca de 25% dos ocupados da RMS) em especial do sub-ramo "Serviços auxiliares da atividade econômica", que incluem, dentre outros, serviços de consultoria, contábeis, de engenharia e de pesquisa. O aumento da demanda por esses serviços foi provocado em grande parte pelos investimentos na indústria (Borges, 1993, p.77).

3.2 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Analisando os dados da PNAD para os anos de 81 e 89, no que diz respeito à forma de inserção dos ocupados no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, nota-se sobretudo o processo de desestruturação deste mercado de trabalho, evidenciado pelo aumento considerável da informalidade. Isto pode ser observado pela elevação do emprego sem carteira de trabalho em detrimento do emprego com carteira (este último pode, grosso modo, ser considerado como uma boa aproximação do que seja um mercado de trabalho formal). Em 81, 56,4% dos ocupados eram empregados com carteira; em 89 essa proporção é de 51,4%. Já os empregados sem carteira aumentam sua participação no total dos ocupados, passando de 20,6% para 23,8% no mesmo período, refletindo, na RMS, comportamento similar ao verificado no Estado. Neste período, os trabalhadores por conta própria mantêm-se como cerca 20% da população ocupada. Considerando que, quase sempre, o trabalho "por conta própria" na RMS significa formas precárias de inserção, em atividades instáveis e mal remuneradas e, a exemplo dos empregados sem carteira, com pouca ou nenhuma cobertura social, temos que, somando os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira, pelo menos cerca de 43,8% dos ocupados se situavam, em 89, na situação de informalidade, na Região Metropolitana de Salvador. Esta elevada proporção de trabalhadores submetidos a vínculos empregatícios precários demonstra que o processo de industrialização vivenciado pela região a partir de meados dos anos 70 não foi suficiente

para melhorar de forma expressiva a qualidade do emprego e de vida dos trabalhadores metropolitanos, como ficará mais evidente quando analisarmos os níveis de renda e de instrução verificados no mercado de trabalho local, nas seções seguintes. O mercado de trabalho da RMS segue sendo pouco estruturado, heterogêneo e com um segmento informal de elevada magnitude.

Entre 81 e 89, cai também a contribuição do secundário para o emprego com carteira na Região Metropolitana de Salvador. A indústria de transformação reduz sua participação no emprego com carteira de 21,2% para 17,1%, enquanto que a construção civil passa de 10,9% para 7,1%. Isto reflete que também o segmento mais dinâmico da economia regional (pelo menos no que se refere à indústria de transformação) passou nos anos 80 por um processo de precarização das formas de inserção de seu pessoal ocupado, evidenciando um movimento que vale para todo o mercado de trabalho regional no período. Vale ressaltar ainda que, no terciário, o ramo Prestação de Serviços, justamente o maior empregador da Grande Salvador, com cerca de 25% dos ocupados, é onde se verifica a maior proporção de trabalhadores sem carteira, dentre todos os ramos de atividade: em 89, cerca de 60% dos ocupados empregados na prestação de serviços não tinham carteira de trabalho assinada.

3.3 NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E DE RENDA

A análise dos níveis de instrução e de renda da população ocupada e da PEA na Região Metropolitana de Salvador revela, de forma mais evidente, o grau de desestruturação e precariedade do mercado de trabalho local, ainda que os indicadores da PNAD para níveis de escolaridade tenham apresentado uma pequena melhora nos anos 80.

Entre 81 e 89 o percentual dos ocupados sem ou com pouca instrução cai. Os sem instrução ou com menos de um ano de estudo, por exemplo, reduzem sua participação de 13% para 9,2% no período. Por outro lado, cresce de 30% para cerca de 42% a percentagem de ocupados que possuem pelo menos o 1º grau completo.

Embora estes dados demonstrem ter havido algum avanço em termos do nível de escolaridade na RMS, os indicadores mostram também que a situação está longe de poder ser considerada boa. Para se ter uma idéia, em 1989 apenas 12,2% dos ocupados

tinha o 2º grau completo. Numa época em que as exigências em termos de qualificação da mão-de-obra são cada vez maiores, em especial para os setores mais dinâmicos da economia, os níveis de instrução verificados na RMS dão a dimensão dos problemas enfrentados pela população ocupada local para ter acesso a postos de trabalho melhores, vale dizer, mais estáveis, bem remunerados e com cobertura social.

Analisando os níveis de renda vigentes na RMS no final da década de oitenta percebe-se que os avanços nos níveis de escolaridade verificados pela PNAD não são refletidos pelos indicadores dos níveis de renda. Em 89, os 50% mais pobres da PEA metropolitana detinham apenas 10% da renda, enquanto que os 5% mais ricos ficavam com cerca de 40% da renda total (Borges, 1993, p.80). No final dos anos 80, não menos que 52% da PEA da Região Metropolitana de Salvador auferia menos de 2 salários mínimos mensalmente.

Considerando apenas o estritamente econômico (fora as evidentes implicações sociais e humanas), estes baixos níveis de renda e escolaridade representam um sério impedimento à ampliação do mercado consumidor local, dando, na verdade, uma boa medida de suas limitações. Este mercado limitado explica, em grande parte, o porquê dos desdobramentos da indústria petroquímica local, em especial no que se refere à produção de bens finais, se realizarem não na RMS ou na Bahia, mas sim em localidades exteriores à fronteira do Estado. Estes "vazamentos" dos desdobramentos da indústria, por sua vez, ao reduzirem os impactos potenciais na geração de empregos e renda na região, agravam o caráter concentrador e excludente do processo de industrialização levado à cabo na RMS.

Por fim, cabe ressaltar outra característica fundamental que ajuda a explicar os elevados níveis de desemprego vigentes na RMS (como será visto nos Tópicos seguintes) e os baixos níveis de remuneração, conforme visto nos parágrafos anteriores: a super oferta crônica de mão-de-obra, decorrência principalmente da migração oriunda do interior do estado e também do crescimento populacional que, embora declinante, continua em níveis acima daqueles verificados em outras regiões metropolitanas do País, como Rio de Janeiro e São Paulo. Esses fatores pressionam continuamente a População Economicamente Ativa, dificultando a absorção de todos que se oferecem no mercado de trabalho e impondo baixas remunerações àqueles que conseguem um posto, em

relação especialmente aos trabalhadores menos qualificados (ou seja, a maior parte da PEA).

Os dados sobre os níveis de instrução e renda, somados aos indicadores de informalidade vigentes no mercado de trabalho da RMS, revelam a extensão da precariedade deste mercado de trabalho, refletindo o processo de exclusão social sob o qual foi realizado o desenvolvimento recente da Bahia e da Grande Salvador, centrado basicamente na produção de bens intermediários, que, por sua vez, nada mais faz do que reproduzir, a nível local, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, responsável em grande parte pelos péssimos níveis de distribuição de renda e outros indicadores sociais relativos ao País, dentre os piores do mundo. Nas palavras do economista Armando Avena Filho: "... a inserção [da Bahia na matriz industrial nacional] se deu obedecendo às leis que regem o processo nacional de acumulação de capital, (...), em outras palavras: ao se agregar ao modelo de crescimento nacional a Bahia reflete internamente o mesmo padrão concentrador desse modelo e cresce de maneira semelhante, marginalizando grandes contingentes populacionais." (Avena Filho, 1990, p.11). Dessa forma, evidencia-se que o processo de industrialização realizado a partir de fins dos anos 70 e que se refletiu na melhora dos indicadores do PIB estadual, não se traduziu em melhoras substantivas em termos de indicadores sociais e de mercado de trabalho, na RMS. Pelo contrário, nota-se nos anos 80, uma nítida tendência de precarização nas relações de trabalho nesta região metropolitana, materializada no aumento do emprego sem carteira em detrimento do emprego formal (com carteira), na elevada magnitude do setor informal e nos péssimos indicadores de renda vigentes.

4 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO 90/92 - OS IMPACTOS DO PLANO COLLOR

O conjunto de medidas econômicas constituintes do Plano Collor, deflagrado em meados de março de 1990, trouxe de forma praticamente imediata uma série de conseqüências negativas para o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. A partir do segundo trimestre de 1990, nota-se uma queda contínua do nível de emprego e o aumento da precariedade no mercado de trabalho local, como conseqüência da redução dos níveis de atividade econômica causada pela recessão generalizada provocada pelo Plano Collor. Estes efeitos negativos vêm agravar ainda mais o já estruturalmente frágil mercado de trabalho da RMS que, como visto no Tópico anterior, caracteriza-se por uma estrutura ocupacional frágil e heterogênea, na qual predominam formas de inserção precárias (em especial no setor de serviços, maior empregador local), com elevada magnitude do chamado emprego informal, baixos níveis de escolaridade e de renda.

O Plano Collor foi lançado numa conjuntura em que o perigo da hiperinflação era iminente. Daí, o fato de que a política econômica implementada pelo Plano tinha a preocupação totalmente voltada para a redução drástica da inflação num curto espaço de tempo, considerando-se inclusive inevitável (e aceitável) uma queda do nível de atividade e de emprego, coerentes dentro da lógica recessiva do conjunto de medidas adotadas.

O Plano Collor implementou um conjunto de políticas macroeconômicas de orientação neoliberal, seguindo essencialmente o receituário ortodoxo de aperto monetário, redução do déficit público, desindexação de preços e salários, abertura comercial e um amplo programa de privatizações, mas também incorporando alguns elementos nada ortodoxos, como o confisco dos recursos da caderneta de poupança, por exemplo. Estas medidas provocaram um rápido processo de desestruturação econômica e social, o que inclui a desestruturação do Estado, da estrutura produtiva e do mercado de trabalho (Dedeca; Brandão, 1993).

O objetivo imediato da política econômica implementada era o combate à inflação, mas o Plano Collor marca também o aprofundamento do problema do desemprego estrutural

no País, agravado a partir de 1990, com a abertura comercial generalizada. Com a abertura comercial, acelera-se o processo de reestruturação produtiva, que já vinha ocorrendo de forma menos intensa desde fins da década de oitenta. Com a recessão, o ambiente de incerteza e a abertura da economia à concorrência internacional, ocorre um profundo processo de ajuste na atividade produtiva nacional no período da "era Collor", com as empresas adotando novas formas de organização da produção e de gestão do trabalho, além de incorporar novos processos técnicos, ao menos nos setores mais dinâmicos da economia. Entre outras coisas, estes fatores levam à queima definitiva de parte da capacidade produtiva e eliminação de uma parcela considerável de postos de trabalho, postos estes que, dada a natureza estrutural do processo, não deverão ser recriados no futuro, com a retomada do crescimento (como de fato não ocorreu no período de recuperação a partir de 93 e principalmente no primeiro ano do Real) (Dedeca; Brandão, 1993).

O impacto negativo sobre a economia é sentido logo imediatamente após a edição das medidas econômicas. De acordo com dados do IBGE, o PIB brasileiro do segundo trimestre de 90 caiu 6,04% em relação ao primeiro trimestre daquele ano, uma queda superior, inclusive, à registrada nos piores anos da recessão de 1981 e 1983 (Souza, 1990).

Nas seções seguintes é analisado o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho para a Região Metropolitana de Salvador no triênio 90/92, período marcado pela recessão provocada pela política macroeconômica do Plano Collor.

4.1 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E A TAXA DE DESEMPREGO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990, do IBGE, já revela os primeiros efeitos negativos da política econômica recessiva sobre o mercado de trabalho local: entre 89 e 90, a taxa de atividade² recua de 57,4% para 56,8%, a proporção dos ocupados em relação à PEA cai de 93,5% para 91,3% e os desocupados passam de 6,5% para 8,7% da PEA. Este aumento de dois pontos percentuais no montante de desocupados em apenas um ano dá a dimensão dos danos causados ao

² Ou "taxa de participação". É a relação entre a PEA e a PIA, isto é, a proporção das pessoas em idade ativa que estão efetivamente no mercado de trabalho (ocupadas ou à procura de uma ocupação).

mercado de trabalho pela forte contração da atividade econômica. Já a taxa de desemprego da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE, apresenta também elevação considerável no período da "era Collor", passando de 4,37% em 1989 para 5,39% em 90 e chegando a 6,76% em 92 (médias anuais). É importante ressaltar que este movimento representa uma mudança de patamar da taxa de desemprego, a qual se manteria relativamente estável durante os anos seguintes, a partir de 92.

Como a taxa de desemprego da PME diz respeito apenas à categoria do desemprego aberto e, dada a sua metodologia, tende a subestimar a real dimensão do desemprego num mercado de trabalho heterogêneo como o da Região Metropolitana de Salvador, um indicador de análise adicional, que nos permitiria ter uma idéia mais precisa a respeito da real dimensão do desemprego/subemprego nesta região metropolitana, pode ser obtido simplesmente agregando-se os desocupados, os ocupados sem rendimento e os ocupados que recebem menos de um salário mínimo³. Desta forma, tem-se, com os dados da PME, uma aproximação daquilo que na PED aparece como sendo o desemprego total (desemprego aberto mais desemprego oculto por trabalho precário e por desalento). Em 90, a soma dos desocupados, ocupados sem rendimento e ocupados com menos de 1SM mensal é de 24,06%. Este percentual sobe para 26,87% em 92, evidenciando uma piora considerável das condições de funcionamento do mercado de trabalho.

³ As duas principais pesquisas mensais sobre o mercado de trabalho no Brasil são a PME do IBGE e a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego (criada pela Fundação SEADE/DIEESE). A PME (realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador) é, para a RMS, a única que cobre todo o período analisado por este estudo, tendo sido, por isso, utilizada aqui. Entretanto, é inegável que, dada a sua metodologia (mais adaptada para o mercado de trabalho dos países desenvolvidos), a PME tende a subestimar o problema do desemprego, em especial em mercados de trabalho tão heterogêneos como o da RMS. Na PME, por exemplo, são considerados desocupados apenas aqueles que efetivamente não trabalharam na semana de referência, tendo procurado emprego. Com isso, a PME inclui entre os ocupados pessoas que fizeram algum "bico" mas que de fato estão desempregadas (estes são incluídos pela PED no desemprego oculto por trabalho precário). E aqueles que, por desesperança, não procuraram emprego na semana de referência, são considerados pela PME como inativas (na PED, entrariam no desemprego oculto por desalento). Além disso, a PME subestima o tamanho da PEA, ao não incluir o trabalho infantil ilegal. De qualquer forma, para os propósitos perseguidos neste estudo, importa principalmente a *tendência* dos indicadores ao longo do período de análise e nem tanto o fato de a PME captar ou não o verdadeiro número de desempregados existentes na RMS.

TABELA 1 - Taxa de Atividade, Desemprego Aberto e Desemprego Total - RMS, 1990/92 (%)

CLASSIFICAÇÃO	ANOS		
	1990	1991	1992
Taxa de Atividade	61,88	61,27	59,21
Taxa de Desemprego Aberto	5,39	5,91	6,76
Taxa de Desemprego Total (*)	24,06	22,42	26,87

Fonte: PME - IBGE

(*) "Desemprego Total" = Desocupados + Ocupados sem Rendimento + Ocupados recebendo menos de 1 SM. Trata-se de uma aproximação; esta categoria não existe oficialmente na PME.

Analisando-se os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTb), que cobrem o conjunto dos ocupados inseridos no mercado de trabalho formal, isto é, aqueles cujos vínculos trabalhistas são regidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), ou seja, com carteira de trabalho assinada, nota-se que a retração do emprego no setor formal da RMS foi imediata, refletindo-se logo no mês seguinte à edição do Plano Collor⁴. No mês de abril de 90 a relação entre admissões e desligamentos apresentou um saldo negativo de 6.098 postos de trabalho a menos; o saldo negativo permanece nos meses seguintes: (-2.760 vagas em maio e -1.351 vagas em junho). Como resultado, o mercado de trabalho formal fechou o ano de 1990 com 7.089 postos de trabalho a menos. Os dados do CAGED revelam que o principal fator determinante deste resultado negativo foi a violenta contração no número de admissões, embora tenha havido também aumento das demissões, o que demonstra os efeitos da recessão sobre as decisões de investimento na economia. O ano de 1992 é o que apresenta pior desempenho do mercado formal, com saldo negativo de mais de 17 mil vagas. Considerando todo o triênio 90/92, tem-se que a era Collor fechou com um saldo negativo acumulado de mais de 31 mil vagas destruídas no mercado de trabalho formal da RMS (ver tabela 2). O CAGED só voltaria a apresentar saldos positivos nos anos de 1993 e 1994 e, mesmo assim, num montante insuficiente para recuperar os empregos perdidos durante os três primeiros anos da década.

⁴ Os dados do Caged devem ser vistos como uma *aproximação* da flutuação do emprego no setor formal. A base de dados do Caged se refere às informações declaradas pelas empresas consultadas. Como algumas empresas declaram de forma irregular (em alguns anos, sim, noutros, não) é difícil saber até que

TABELA 2 - Movimentação Admissões/Desligamentos 1990/92, RMS e Bahia

Ano	BAHIA			RMS		
	Admissões	Desligam.	Saldo	Admissões	Desligam.	Saldo
1990	283.366	294.353	-10.987	185.005	192.094	-7.089
1991	251.543	269.682	-18.139	164.198	170.976	-6.778
1992	194.309	219.066	-24.757	119.925	137.107	-17.182

Fonte: CAGED/MTb

Ainda com base nos dados do CAGED, é possível analisar os impactos imediatos do Plano Collor nos diversos setores de atividade da economia local. Os principais ramos de atividade apresentam queda no índice mensal de empregados. A retração do emprego formal é mais pronunciada na Indústria de Transformação e na Construção Civil, embora ocorra também no Comércio e nos Serviços (ver tabela 3).

TABELA 3 - Índice Mensal de Empregados, por Setor de Atividade, RMS, Janeiro a Junho 1990

Setores	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
TOTAL	111,92	112,05	112,14	110,95	110,88	110,15
Ind. Transf.	112,37	112,03	112,41	109,55	107,71	107,27
Cons. Civil	114,38	116,19	115,04	111,61	112,66	112,73
Comércio	114,39	114,44	113,70	113,36	113,62	113,84
Serviços	119,28	119,57	120,16	118,83	117,87	117,34

Fonte: CAGED/Mtb

A queda do emprego na indústria de transformação já vinha ocorrendo desde meados da década de oitenta, mas, com a recessão dos anos Collor e com a aceleração da abertura comercial promovida por este governo, o processo de reestruturação produtiva na indústria se tornou mais intenso, com as empresas cortando um grande número de empregos diretos e repassando a terceiros atividades antes exercidas por empregados diretos. Este processo de reestruturação foi o ajuste da indústria não só aos novos níveis de competição mas também à retração da atividade econômica resultante da política macroeconômica do governo Collor.

Os dados da Tabela 4 demonstram a queda da participação dos dois principais ramos do setor secundário, quais sejam, a indústria de transformação e a construção civil, no total da população ocupada no período 90/92, o que resulta na queda de dois pontos

ponto os valores absolutos correspondem à realidade. De qualquer forma, vale ressaltar, mais uma vez, que o importante para a presente análise são as tendências configuradas e nem tanto os valores absolutos.

percentuais da participação do secundário na ocupação total. Como já foi dito anteriormente, isto reflete tanto a retração do setor em face da recessão, quanto a continuidade (e aprofundamento) de uma tendência de prazo mais longo, qual seja, a adaptação da indústria local aos novos níveis de competitividade capitalista, através da adoção de novos padrões de organização da produção e do trabalho, o que significa quase sempre redução da geração de empregos diretos, substituição de empregados permanentes por serviços terceirizados, dentre outras estratégias.

Paralelamente, nota-se, na Tabela 4, um aumento também de dois pontos percentuais no total do terciário, em função, principalmente, do aumento da participação dos Serviços. O ramo Serviços é o maior empregador da RMS. No entanto, como visto no Tópico 3, sua estrutura ocupacional é extremamente precária e heterogênea, com segmentos mais modernos convivendo com uma imensa amálgama de "prestadores de serviços", os quais, em sua grande maioria, são trabalhadores sem carteira ou por conta própria, com pouca ou nenhuma proteção social, e com baixos níveis de renda e de produtividade. Portanto, este movimento de redução do emprego industrial, com a contrapartida do aumento do emprego no terciário, deve ser visto como um sinal de deterioração do mercado de trabalho local.

**TABELA 4 - População Ocupada por Setor de Atividade
RMS - 1990/92 (%)**

Setores e Sub-setores	ANOS		
	1990	1991	1992
Ind. De Transformação	12,35	11,45	10,55
Construção Civil	9,33	9,14	9,08
TOTAL SECUNDÁRIO	21,67	20,59	19,63
Comércio	15,20	15,13	15,48
Serviços	52,78	53,83	54,03
Outras Atividades	10,32	10,42	10,83
TOTAL TERCIÁRIO	78,30	79,39	80,35

Fonte: PME - IBGE

4.2 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Os dados da PME referentes à forma de inserção dos ocupados no mercado de trabalho, os quais podem ser observados na Tabela 5, revelam aumento do emprego precário (aumento da participação dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta

própria), simultaneamente à redução do emprego formal, isto é, cai a participação dos empregados com carteira no total da população ocupada, no período considerado.

**TABELA 5 - População Ocupada por Posição na Ocupação
RMS - 1990/92 (%)**

Posição na Ocupação	ANOS		
	1990	1991	1992
Empregados c/ carteira	53,18	51,03	50,30
Empregados s/ carteira	19,75	21,12	21,59
Por Conta Própria	22,61	23,99	23,97
Empregadores	3,63	3,16	3,42

Fonte: PME - IBGE

Mais uma vez, nota-se aqui a piora da já frágil estrutura ocupacional vigente no mercado de trabalho da RMS. Estes dados revelam que a coexistência de um processo de reestruturação da atividade produtiva com um período de recessão teve por resultado mais grave, além do aumento do desemprego, o aprofundamento do grau de precariedade sob o qual está inserida a maioria das pessoas no mercado de trabalho local. Em 92, mais de 45% dos ocupados estavam inseridos no chamado mercado informal de trabalho. Essa tendência de substituição de vínculos empregatícios formais por vínculos precários além de significar custos mais baixos para os empregadores também representa maior "flexibilidade" na utilização da mão-de-obra, visto que numa situação de "aperto" é bem mais barato demitir empregados informais do que os que têm carteira de trabalho e direito a indenizações etc.

Mais uma vez, deve-se ressaltar aqui que este movimento não é apenas uma forma de as empresas se postarem diante do quadro de recessão e incerteza quanto ao futuro que predominava na era Collor. Além disso, é também uma tendência de longo prazo, mais forte, que tem relação direta com as novas regras de competitividade capitalista (Borges, 1993), na qual a flexibilidade da utilização do trabalho e os custos referentes a ele são cada vez mais importantes. Em outras palavras, os dados da PME para o período refletem também as transformações nas estratégias de longo prazo das empresas, como, por exemplo, o processo de terceirização implementado a partir desta época no Pólo Petroquímico de Camaçari, certamente responsável por boa parte do aumento do emprego assalariado informal verificado no período.

4.3 NÍVEIS DE RENDA

Por fim, para completar a análise do comportamento do mercado de trabalho da RMS no período do Plano Collor, resta avaliar o desempenho dos indicadores de renda. A enorme retração da renda neste período é, juntamente com o aumento do desemprego e da precariedade da inserção, a conseqüência negativa mais notável da recessão provocada pela política econômica neoliberal do governo Collor. Considerando o rendimento médio real dos ocupados na segunda metade da década de oitenta como base, o rendimento médio real dos anos de 1990, 1991 e 1992 apresentou as seguintes quedas, respectivamente: -6,3%, -25,3% e -31,9% (Borges, 1993). Isto ocorre em função da retração da renda para todas as categorias, sem exceção. Na comparação entre 89 e 92, com dados da PME, tem-se queda do rendimento médio real do total dos ocupados (-33,4%), dos empregados com carteira (-30,9%), dos empregados sem carteira (-26,9%) e dos trabalhadores por conta própria (-34,5%) (Borges; Filgueiras, 1995).

Estes dados relativos à renda reiteram de forma contundente o violento processo de desestruturação pelo qual passa o mercado de trabalho da RMS durante os primeiros anos da década de 90. É importante ressaltar que esta brutal contração da renda que atinge todas as categorias de trabalhadores, produz seus efeitos negativos num mercado de trabalho no qual já eram estruturalmente baixos os níveis de renda vigentes além de elevada a concentração da renda, conforme visto no Tópico anterior.

5 OS IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

O Plano Real é, sem dúvida (e continua sendo, ao menos até o momento), o plano de estabilização da economia mais bem-sucedido dentre os muitos que já foram implementados no Brasil, principalmente nos anos 80 e 90. O plano conseguiu atingir seu objetivo primordial, que era derrubar e controlar a inflação crônica. No primeiro ano de vigência da nova moeda, o real, o País teve uma inflação de 35,4% (IPC-r), um índice que muitas vezes representava a variação *mensal* dos preços no período imediatamente anterior. E a inflação continuou caindo depois, atingindo índices ainda menores, com índices mensais normalmente inferiores a 1%.

Se, por um lado, no *front* da inflação o Plano Real obteve sucesso, por outro, muito se discute a respeito do preço que a economia brasileira pagou e continua a pagar para que a estabilização fosse alcançada e mantida. Os críticos da política econômica do governo ressaltam, sobretudo, as dificuldades que os instrumentos de combate à inflação trouxeram à atividade econômica e à possibilidade de crescimento. De fato, com o problema da inflação aparentemente resolvido novas questões ganharam a atenção dos analistas e do público em geral: os seguidos déficits na balança comercial, as altas taxas de juros e principalmente o problema crescente do desemprego. A questão do desemprego, em particular, tem levado a um intenso debate, no qual busca-se saber até que ponto o combate à inflação a todo custo, levado a cabo ao longo do Plano Real, pode ser responsabilizado pelo aumento do desemprego verificado no País.

De um lado, o governo prefere atribuir o problema à globalização e à conseqüente reestruturação tecnológica, enfatizando que este seria um problema mundial e até mesmo inevitável e não uma conseqüência do plano. De outro lado estão os que, sem ignorar os determinantes estruturais do desemprego, apontam também as altas taxas de juros, o câmbio artificialmente apreciado e a abertura indiscriminada da economia como fatores que vêm dificultar ainda mais a geração de empregos no Brasil, na medida em que tais instrumentos de política econômica típicas dos planos de estabilização de corte liberal "sufocam" a economia (essas questões foram vistas no Tópico 2).

O objetivo deste Tópico é justamente analisar o comportamento do mercado de trabalho da RMS ao longo da vigência do Plano Real, buscando avaliar quais foram os impactos do plano sobre os principais indicadores de emprego e renda. Pretende-se com isso estabelecer se o conjunto de medidas macroeconômicas que constituem o plano teve consequências negativas ou positivas no mercado de trabalho local. Para isso, inicialmente serão apresentadas algumas características fundamentais do Plano Real. Em seguida, proceder-se-á a análise dos principais indicadores econômicos do mercado de trabalho da RMS, tais como a taxa de desemprego aberto, a distribuição setorial, a posição na ocupação e os níveis de renda.

5.1 IMPLEMENTAÇÃO E CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PLANO REAL

O Plano Real segue, assim como outros planos de estabilização implementados na América Latina nos últimos anos, como o do México e o da Argentina, o receituário básico da cartilha econômica do liberalismo, no que se refere a consecução da estabilidade e do crescimento econômico. As características principais desta estratégia são o combate à inflação como pré-requisito fundamental à retomada do crescimento, combate este que implica numa política econômica que combina valorização das moedas nacionais, abertura da economia, desregulamentação dos mercados (em especial do mercado de trabalho), além de reformas estruturais do Estado, em especial no que diz respeito às privatizações e ao controle das contas públicas. Cumpridas estas etapas, espera-se que as economias retomem o crescimento, desta vez auto-sustentado, através do retorno dos capitais produtivos estrangeiros (Filgueiras, 1995. p.3).

A estratégia de combate à inflação seguida pelo Plano Real compreende três estágios. A etapa inicial foi implementada já a partir do segundo semestre de 1993, quando a economia já dava sinais de estar se recuperando da profunda recessão do Plano Collor. Esta fase representa essencialmente uma tentativa de ajuste fiscal, cujo objetivo era equilibrar o orçamento do governo de modo a impedir que eventuais emissões monetárias pressionassem a inflação e prejudicassem as etapas seguintes do plano. Foram criados então o FSE (Fundo Social de Emergência) e o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras). Estes mecanismos de captação de receita, aliados a cortes nos gastos públicos, tinham por objetivo ajustar, ainda que temporariamente, as contas do governo, evitando a necessidade de se emitir moeda para

financiar os gastos públicos e sinalizando para a sociedade o compromisso do governo em controlar os seus gastos. Isso era considerado um fator fundamental para o sucesso do plano de estabilização, pois aumentava a credibilidade do governo junto aos agentes econômicos, credibilidade esta que havia sido erodida ao longo dos anos anteriores, com as seguidas tentativas fracassadas de derrubar a inflação.

A segunda etapa do plano tem início oficial em 1º de março de 1994, data em que passa a vigorar a URV (Unidade Real de Valor). A URV foi um elemento fundamental dentro da estratégia de combate à inflação adotada pela equipe que elaborou e conduziu a implementação do Plano Real. A URV vigorou até o final de junho e funcionou como um superindexador para todos os preços da economia ainda referidos em cruzeiros reais. Arelada à variação média do IGP-M, do IPC da FIPE e do IPCA-E/IBGE (todos índices de preços), a URV tinha, segundo o governo, o objetivo de ordenar e homogeneizar a prática da correção monetária na economia brasileira, "congelando a distribuição da renda, evitando possíveis dificuldades referentes a desequilíbrios de preços relativos, e possibilitar uma conversão gradual e, em alguns casos, negociada das relações contratuais, obstaculizando possíveis rupturas de contratos" (Menezes, 1994, p.2). Esta tentativa de alinhar os preços mais importantes da economia se fazia necessária porque a existência de contratos indexados com datas de reajuste muito diferentes implicava que um fim súbito da inflação pegaria alguns preços em seu valor de pico, enquanto outros estariam defasados (Bacha, 1997, p.20).

Portanto, pode-se dizer que, enquanto a primeira fase do plano (a busca do equilíbrio orçamentário) atacava (ainda que em caráter paliativo) o componente estrutural da crônica inflação brasileira (cuja causa última era identificada com o profundo desequilíbrio das contas do governo), a segunda etapa (a implantação da URV) procurava eliminar o componente inercial da inflação, processo que deveria ser consumado em seguida, com a desindexação total da economia.

Após quatro meses de vigência da URV, ocorre a implantação da nova moeda, o real, em primeiro de julho de 1994, o que completa a reforma monetária iniciada ainda em meados de 1993, com o primeiro estágio do Plano Real. O Banco Central estabeleceu uma paridade máxima de R\$1,00/US\$1,00, o que contribuiu para aumentar a confiança e a conseqüente adesão do público à nova moeda, ressaltando sua solidez.

Com a troca do padrão monetário, as elevadas taxas de juros, o real sobrevalorizado em relação ao dólar (a chamada "âncora cambial") e a intensificação da abertura da economia (com a redução drástica das alíquotas do Imposto de Importação), a inflação caiu de forma imediata, ficando em algo em torno de 2% ao mês já a partir de setembro de 94. Outros fatores que podem ser citados para explicar o sucesso do plano são o controle dos preços públicos e a chamada "âncora verde", isto é, a pequena variação dos preços agrícolas no período, tendo inclusive, havido redução no caso de alguns produtos, em função da supersafra de 1995, da abertura do mercado doméstico aos produtores estrangeiros e aos baixos preços mínimos estabelecidos pelo governo (Filgueiras, 1995, p.3).

A abertura comercial, com a redução das alíquotas de importação, aumenta a concorrência no mercado interno, impondo restrições aos aumentos de preços dos produtos nacionais uma vez que, com isso, estes correm o risco de perder mercado para os similares importados (este efeito se dá essencialmente com os chamados bens *tradables*, isto é, comercializados internacionalmente e passíveis de serem importados). Por sua vez, a chamada "âncora cambial" contribuiu para reduzir a inflação na medida em que, com o real sobrevalorizado em relação ao dólar, os produtos importados ficam relativamente mais baratos tanto para o consumidor final quanto no que se refere aos insumos importados, que passam a ter um peso menor nos custos das empresas (neste último caso, isto só provocaria queda de preços em mercados não oligopólicos). Já as elevadas taxas de juros têm um papel fundamental na sustentação do plano, pois para manter a paridade do real em relação ao dólar à taxa desejada pelo governo é preciso que o Banco Central disponha de reservas internacionais (no caso, dólares americanos) para atuar no mercado do câmbio, "defendendo" a moeda nacional e impedindo que ela se desvalorize. A obtenção destes elevados níveis de reservas se dá através da manutenção de juros altos o suficiente para atrair para o mercado financeiro do País os investidores internacionais.

Esse conjunto de fatores e políticas macroeconômicas conseguiu reduzir de forma imediata a inflação. E, com isso, eliminou-se também o chamado imposto inflacionário, pago pela população de mais baixa renda que não tinha acesso ao mercado financeiro para se proteger contra a deterioração de seu poder de compra.

Com a queda abrupta da inflação o imposto inflacionário, estimado em algo entre 2 e 3% do PIB, (Bacha, 1997, p.39), cessa, o que representa um aumento da renda real de boa parte da população e que tende a se transformar em consumo. Foi o que aconteceu nos primeiros meses após a implantação do real. Houve um grande aumento no consumo de bens de primeira necessidade, como alimentos e vestuário. Houve também um aumento significativo no consumo de bens duráveis (eletroeletrônicos). Este último fato ocorreu, provavelmente, porque, com a aparentemente (valores nominais) menor remuneração das cadernetas de poupança, em função da menor inflação, muitos consumidores passaram a achar mais atrativo "investir" em ativos reais.

Todos estes fatores contribuíram para que os primeiros meses após a implantação do real se caracterizassem como um período de expansão da atividade econômica, a despeito das elevadas taxas de juros. De julho de 1994 até março de 1995 crescem o consumo, a produção e o emprego. O PIB registra forte crescimento no terceiro e no quarto trimestre de 1994 e no primeiro trimestre de 1995, que chega a representar um crescimento de 10% em relação ao PIB do primeiro trimestre de 1994. Para o ano de 1994 a expansão de PIB foi de 5,8% (dados do IBGE).

A situação começa a se complicar com a crise cambial do México em dezembro de 1994, que provocou no Brasil uma forte saída de capitais especulativos, implicando na redução das reservas internacionais. Mesmo antes disto, o País já havia começado a registrar déficits na balança comercial a partir de novembro. Para tornar o ritmo de crescimento compatível com o objetivo maior de garantir a estabilidade monetária, o governo de Fernando Henrique Cardoso adotou uma série de drásticas medidas econômicas de caráter restritivo entre março e junho de 1995. Logo em março ocorre uma significativa elevação das taxas básicas de juros além de medidas que restringem o crediário e os consórcios. Também são elevadas as alíquotas do Imposto de Importação de diversos produtos que pesavam na balança comercial, como automóveis e eletrodomésticos. Em abril são adotadas medidas adicionais, desta vez restringindo o uso de cheques pré-datados. Por fim, em junho o IPCr é extinto e o governo institui o regime de livre negociação para os salários, como medida final para restringir a demanda.

Como resultado, a economia não só parou de crescer como houve um declínio da atividade econômica. O PIB registra forte queda no segundo e no terceiro trimestres de 1995 e a balança comercial volta a registrar pequenos superávits a partir de agosto deste ano. Apesar disso, 1995 termina com um déficit na balança comercial de US\$3,4 bilhões (dados do Banco Central). Com a desaceleração do nível de atividade econômica, agravou-se a situação de várias empresas que vinham enfrentando problemas em decorrência das altas taxas de juros e da ampla abertura comercial. Os setores mais afetados nesta época foram o de bens de capital, autopeças, vestuário e têxteis.

A economia volta lentamente a se recuperar a partir do último trimestre de 1995 e segue assim ao longo de 1996, à medida que a equipe econômica do governo inicia uma redução gradual da taxa de juros e levanta algumas das restrições às compras a prazo. Mesmo assim, o PIB cresce apenas 3,1% em 1996, evidenciando que o ambiente macroeconômico imposto ao País e a natureza do processo de combate à inflação não permitem um crescimento maior, sob pena de desestruturar o processo de estabilização.

Estas são, em linhas gerais, as características mais importantes do processo de estabilização levado a cabo com o Plano Real e a maneira como ele foi implementado. À luz do que foi visto nos parágrafos anteriores e também nos três primeiros Tópicos deste estudo, importa agora analisar de que forma este conjunto de determinações derivadas do Plano Real tem afetado o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, objetivo mesmo desta monografia. Nas seções a seguir proceder-se-á à análise, primeiro da taxa de desemprego, e em seguida, dos indicadores relativos à distribuição setorial, posição na ocupação e renda.

5.2 OS IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE A TAXA DE DESEMPREGO

Como foi visto no Tópico 4 desta monografia, o triênio 1990/92, a "Era Collor", foi, em todo o País, um período marcado pela queda na produção, no emprego e na renda. Na Região Metropolitana de Salvador, houve uma generalizada deterioração do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e queda nos níveis de renda da população

ocupada, em função da recessão combinada com inflação imposta pelo Plano Collor e da abertura comercial.

Esta situação começa a mudar a partir de 1993, quando a economia inicia um lento processo de recuperação, voltando a crescer. Essa recuperação é potencializada com o Plano Real, a partir de 1994, que, num primeiro momento, provocou o aumento da produção, do consumo, do emprego e da renda. Em relação à taxa de desemprego aberto, esta "virada" pode ser constatada pelos números apresentados na tabela 6:

TABELA 6

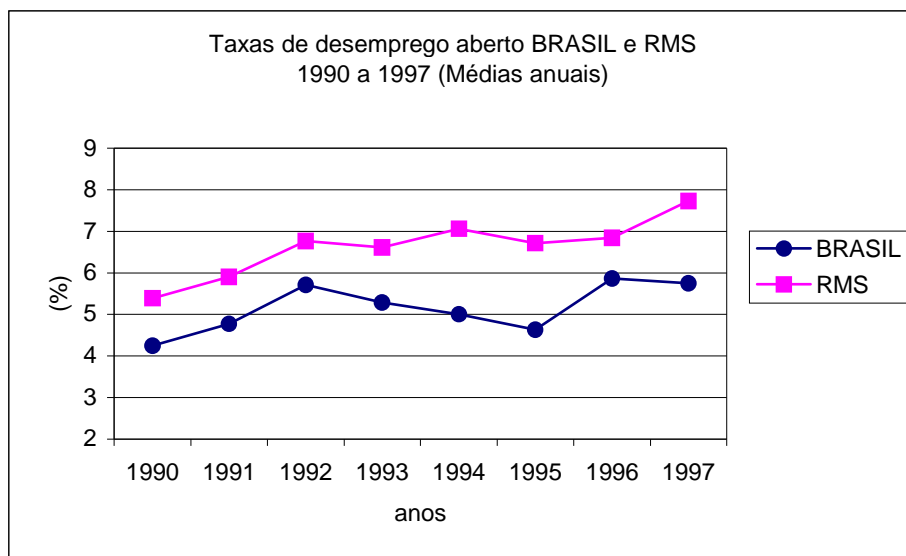
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%)

MÉDIAS ANUAIS - 1990/1997		
ANO	BRASIL	RMS
1990	4,25	5,39
1991	4,77	5,91
1992	5,71	6,76
1993	5,29	6,61
1994	5,01	7,06
1995	4,63	6,72
1996	5,86	6,84
1997	5,75	7,73

Fonte: PME - IBGE

Note-se que até 1992 a taxa de desemprego é seguidamente crescente, tanto para o Brasil como para a RMS e que, a partir de 1993, há uma redução na taxa, mas somente para o Brasil. Na RMS o nível de desemprego aberto medido pela PME se manteve relativamente estável até 1997, quando se registra uma forte alta. Isto pode ser melhor visualizado no gráfico I, a seguir.

A primeira e mais óbvia constatação, a partir deste gráfico, é o fato de que o desemprego na RMS é invariavelmente maior do que a média brasileira, denotando a precariedade do mercado de trabalho local, o qual, como visto no Tópico 3, caracteriza-se, entre outras coisas, por uma crônica super oferta de mão de obra.

GRÁFICO I

Fonte: PME - IBGE

O gráfico também evidencia que, embora em patamares diferentes, as duas taxas se comportam da mesma forma no período 1990/1992. É nítida a mudança de patamar da taxa de desemprego que ocorre nos primeiros três anos desta década, como decorrência tanto de fatores conjunturais (a recessão econômica imposta pelo Plano Collor) como de fatores estruturais (a intensa reestruturação produtiva exacerbada pelo processo de abertura comercial).

Para o Brasil, percebe-se uma pequena redução da taxa de desemprego a partir de 1993 e que se estende até 1995, correspondendo à retomada do crescimento econômico associada ao Plano Real. A taxa para o Brasil recua de 5,71% em 1992 para 4,63% em 1995. Este fenômeno, entretanto, não ocorre na RMS: aqui a taxa de desemprego se manteve relativamente estável no quinquênio 1992/1996, variando de 6,76% a 6,84% no período, não apresentando, na média anual, variação superior a meio ponto percentual.

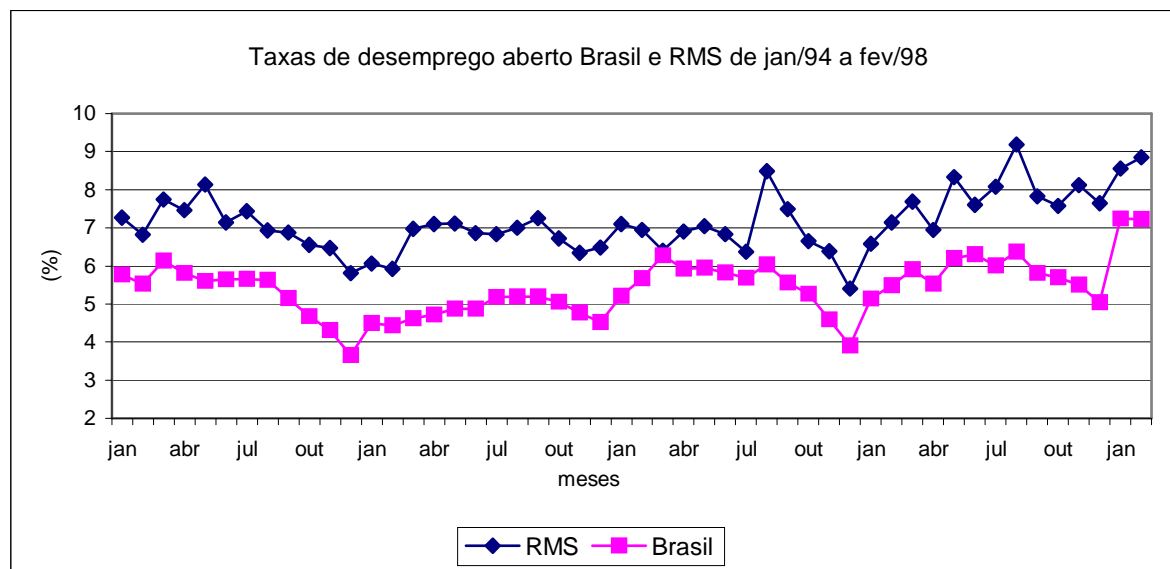
O fato de a taxa de desemprego da RMS não apresentar o comportamento esperado (isto é, redução do desemprego em decorrência da retomada da atividade econômica, tal qual aconteceu com a taxa para o Brasil) sugere a existência de fatores específicos desta região que impediram a redução do desemprego neste período, mesmo com o forte crescimento econômico nos primeiros meses após a implantação do Real. Dentre os fatores que podem explicar esse fato estão o crescimento populacional da RMS (taxa de 2,1% entre 1992 e 1996, a maior dentre as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME), a continuidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho

(fenômeno que vem ocorrendo desde a década de oitenta) e o constante fluxo migratório para a Grande Salvador, originário principalmente do interior do estado, "(...) gerando um quadro de *super oferta de mão de obra* responsável pelo histórico desemprego *estrutural*" (Proserpio, 1998, p.4).

Todos estes fatores contribuem para aumentar continuamente a magnitude da PEA (População Economicamente Ativa: são os que estão no mercado de trabalho, como ocupados ou à procura de emprego) o que tende a compensar o crescimento dos ocupados⁵. Ou seja, a economia pode estar gerando novos postos, mas isto não ocorre num ritmo suficiente para absorver o crescimento do contingente de pessoas que se oferecem no mercado de trabalho. O que provavelmente ocorreu na RMS nesse período foi que a retomada do crescimento conseguiu tão somente fazer com que o ritmo de criação de novas vagas fosse apenas o suficiente para compensar a expansão da PEA, mantendo a taxa de desemprego constante, quando se consideram as médias anuais. Segundo a PNAD, entre 1993 e 1995 o número de ocupados na RMS cresceu 15,7%, passando de 1.013.283 pessoas para 1.172.584 pessoas. Já o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho, que cobre a flutuação do emprego formal, mostra que em 1993 houve um saldo positivo de mais de 5 mil admissões e em 1994, saldo positivo de 2.600 admissões.

Para melhorar a compreensão de como o Plano Real afetou a taxa de desemprego na RMS é interessante observar a evolução *mensal* da taxa, o que pode ser feito no gráfico II. Os dados referentes a este gráfico (para a RMS) estão na tabela 7.

⁵ Como se sabe, a taxa de desemprego é dada pela proporção dos desocupados em relação à PEA.

GRÁFICO II

Fonte: PME - IBGE

Este gráfico nos permite acompanhar a variação mensal da taxa de desemprego no período pós-Plano Real. Como era de se esperar, a taxa reflete, com uma defasagem temporal, as flutuações do nível de atividade, no curto prazo. Logo após a instituição da nova moeda, em julho de 1994, com o aumento na produção e no consumo ocorrido nesta época, a taxa se reduz na RMS, de 7,43% em julho para 5,81% em dezembro. Movimento idêntico ocorre em relação ao Brasil. Evidentemente, além da retomada do crescimento, deve-se considerar também o natural aquecimento da economia que ocorre em função das festas natalinas para explicar a redução do desemprego neste período.

Com a crise cambial do México (dezembro de 94), o governo eleva as taxas de juros e aumenta as alíquotas de importação. Esse fato, associado ao natural desaquecimento da economia que ocorre no início do ano, explica a elevação da taxa de desemprego a partir de janeiro de 1995, chegando a 7,26% em setembro desse ano, na RMS. A partir daí a taxa volta a recuar, embora de forma bem mais suave do que no ano anterior, refletindo o aquecimento associado às festas de fim de ano.

Em 1996, a dinâmica de crescimento econômico engendrada pela estabilização monetária já dá sinais de esgotamento. Após declinar por três anos seguidos, a taxa de desemprego aumenta significativamente no Brasil chegando a 5,86%, a maior média anual registrada na década até agora. Na RMS o desemprego se mantém estável até esse ano, mas sempre num patamar bastante elevado. Entre 1992 e 1996, como já foi

ressaltado, ocorrem apenas flutuações conjunturais de curto prazo, na RMS, com as médias anuais se mantendo sempre ao redor de 6,5% e 7,0%.

A partir de 1997, nota-se uma forte tendência de elevação do desemprego na RMS. A taxa dispara, registrando a maior taxa mensal da década em agosto, 9,19%, e fechando o ano com a maior média anual desde 1990: 7,73%.

No ano seguinte, a tendência de crescimento do desemprego se mantém na RMS, e surge com força total para o Brasil: em janeiro de 1998, a PME registra sua maior taxa mensal para o País nos anos noventa, 7,24%, trazendo perspectivas sombrias para o mercado de trabalho neste ano. O governo fala numa média anual de 7%, mas muitos analistas esperam taxas ainda maiores, acima dos 8% (SEI, 1998, p.1)

TABELA 7

TAXA MENSAL DE DESEMPREGO ABERTO

(%)

REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

JAN/1994 - FEV/1998

MÊS	1994	1995	1996	1997	1998
JAN	7,27	6,06	7,10	6,58	8,56
FEV	6,82	5,92	6,95	7,14	8,85
MAR	7,75	6,97	6,40	7,69	-
ABR	7,47	7,10	6,91	6,95	-
MAI	8,13	7,12	7,04	8,33	-
JUN	7,14	6,86	6,83	7,61	-
JUL	7,43	6,83	6,37	8,08	-
AGO	6,93	7,00	8,48	9,19	-
SET	6,88	7,26	7,49	7,83	-
OUT	6,56	6,72	6,65	7,57	-
NOV	6,47	6,35	6,39	8,12	-
DEZ	5,81	6,49	5,41	7,64	-

Fonte: IBGE - PME

É claro que o desaquecimento normal da economia que sucede o período do Natal também ajuda a explicar a elevação da taxa no início de 1998. Mas o aumento generalizado do desemprego (e sua magnitude), registrado em todas as regiões metropolitanas pesquisadas pela PME, coincide também com as medidas de restrição da demanda, tomadas pelo governo em resposta à fuga de capitais que o país experimentou logo após a eclosão da crise asiática, em fins de 1997. Em função disso, pode-se dizer que, de fato, a retomada do crescimento propiciada pela estabilização monetária se

esgotou. A manutenção da atual política macroeconômica do Real (juros altos, câmbio sobrevalorizado, abertura indiscriminada) está se juntando aos demais determinantes estruturais do desemprego de longo prazo, como mais um fator a agravar e dificultar a resolução do grave problema do desemprego.

Nesse sentido, passamos a ter duas ordens de determinações que confluem para tornar nada animadoras as perspectivas para o mercado de trabalho brasileiro. De um lado, temos o processo de reestruturação produtiva, que perpassa toda a década de 90, apontando para profundas transformações do trabalho (redução do emprego industrial, piora nos vínculos empregatícios, aumento da informalidade etc.). De outro, o Plano Real, que, num primeiro momento (até meados de 1995), significou a retomada da atividade produtiva, passou a dificultar o crescimento da economia, devido ao ambiente macroeconômico "sufocante", impedindo que novos postos de trabalho sejam gerados num ritmo suficiente para impedir a explosão do desemprego no país.

Com relação à Região Metropolitana de Salvador, pode-se dizer que os determinantes fundamentais que têm mantido a taxa de desemprego em patamares elevados ao longo da década têm forte componente estrutural, dizendo respeito essencialmente à crônica super oferta de mão de obra (Proserpio, 1998) e à concentração da atividade produtiva mais dinâmica em gêneros intensivos em capital, fatores que configuram uma economia altamente excludente e um mercado de trabalho precário, no qual destacam-se não só o elevado desemprego, mas também a informalidade e os baixos níveis de renda.

Com isso, não se pretende desresponsabilizar a política macroeconômica "darwiniana" do Real, que certamente está a restringir o crescimento (a partir de 1996/97), mas apenas ressaltar o fato de que cada região tem características próprias, que determinam a natureza específica do problema do emprego em cada uma delas, ainda que diversos fatores atuem de forma geral, sobre todas as regiões (a reestruturação produtiva, a política econômica etc.). Além disso, é evidente que as restrições ao crescimento impostas pelo Real, principalmente a partir de fins de 1997, tendem a agravar ainda mais a situação, já bastante precária, do mercado de trabalho da RMS.

5.3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

Os dados da PME - Região Metropolitana de Salvador referentes à distribuição da população ocupada nos diversos setores e ramos de atividade revelam a continuidade do processo de terciarização da mão de obra que vem ocorrendo neste mercado de trabalho desde o início dos anos 90. Este processo de terciarização, isto é, o aumento contínuo da participação do setor terciário (em especial dos serviços) na ocupação total, em detrimento do setor secundário, tem ligação direta com as transformações estruturais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, de forma global.⁶

No Brasil, esta reestruturação produtiva tem afetado o mercado de trabalho de forma mais intensa a partir da abertura comercial, implementada inicialmente no governo Collor e mantida no governo FHC.

Na RMS, este processo pode ser acompanhado através dos dados da Tabela 8. Desde 1990 nota-se a mesma tendência, qual seja, crescimento contínuo da participação do terciário e redução da participação dos ramos do secundário no total da ocupação.

TABELA 8

POPULAÇÃO OCUPADA POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE - RMS - 1990 a 1997 (em %)

SETOR DE ATIVIDADE	ANO							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
SECUNDÁRIO	21,68	20,59	19,63	18,68	18,33	17,86	17,43	16,79
IND. TRANSF.	12,35	11,45	10,55	10,10	9,41	9,18	8,80	8,60
CONSTRUÇÃO CIV.	9,33	9,14	9,08	8,58	8,92	8,68	8,63	8,19
TERCIÁRIO	78,30	79,38	80,34	81,30	81,65	82,13	82,56	83,20
COMÉRCIO	15,20	15,13	15,48	15,78	15,94	15,75	15,85	15,62
SERVIÇOS	52,78	53,83	54,03	54,67	54,97	56,11	56,13	56,73
OUTROS	10,32	10,42	10,83	10,85	10,74	10,27	10,58	10,85

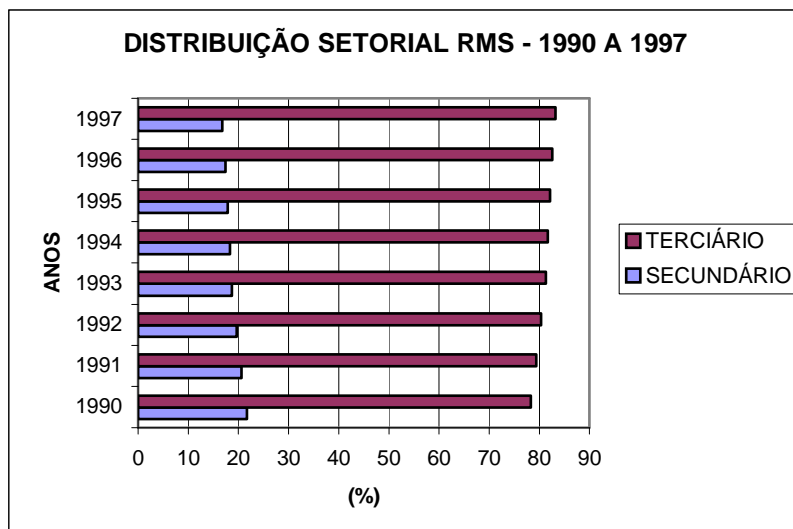
Fonte: PME- IBGE

A participação do secundário passa de 21,68% em 1990 para 16,79% em 1997, sendo que este decréscimo se deve sobretudo à redução observada na indústria de transformação. Já o terciário eleva sua contribuição de 78,30% em 1990 para 83,20%

⁶ Ver discussão a respeito no Tópico 2.

em 1997, em função do forte crescimento registrado no ramo serviços, já que a participação relativa do comércio e das outras atividades do terciário se manteve estável no período.

GRÁFICO III



Fonte: PME - IBGE

Há duas considerações principais a serem feitas em relação a estes dados. A primeira é o fato de que estes movimentos se dão de forma contínua ao longo da década de 90, seja no período de forte recessão de 1990/92, seja no período de recuperação da atividade econômica, a partir de 1993/94, com o Plano Real. Trata-se, portanto, de um movimento *estrutural*, que vai além das flutuações conjunturais e da política econômica em vigor em cada período. Os dados sugerem que o Plano Real não trouxe modificações substanciais neste fenômeno, no que se refere à distribuição setorial, na RMS, em relação ao período anterior.

A outra observação que se deve fazer é notar que o crescimento da participação relativa do terciário, em particular dos serviços, e a correspondente redução do secundário, indica piora considerável da qualidade do mercado de trabalho. Como foi visto no Tópico 3, o setor terciário na RMS, representado sobretudo pelo ramo prestação de serviços, caracteriza-se por formas precárias de inserção da mão de obra, com elevada presença da informalidade (empregados sem carteira e trabalhadores "por conta própria") e baixos níveis de remuneração. Não raro, o chamado "trabalho por conta

própria" nos serviços nada mais é do que desemprego disfarçado: muitos dos prestadores de serviços por conta própria podem ser chamados de "fazedores de bico".

Uma análise adicional a respeito da distribuição setorial dos ocupados no período pós-Plano Real pode ser feita com base nos dados do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, que cobre o mercado de trabalho formal, isto é, o universo dos empregados com carteira de trabalho assinada. O CAGED mostra que a indústria de transformação, por exemplo, registrou saldo positivo de emprego (admissões menos desligamentos) apenas em 1994, para em seguida, acumular fortes saldos negativos de 1995 a 1997 (7.137 desligamentos a mais). Já a construção civil registra perda líquida de postos formais de trabalho entre 1994 e 1996 (saldo negativo de 3.770), mas tem uma forte recuperação em 1997, com um saldo positivo de 3.076.

Paralelamente, os serviços registram saldo negativo apenas em 1995, tendo inclusive, obtido um expressivo saldo positivo de 7.107 em 1997, o que mostra que a expansão da participação relativa dos serviços se deu tanto em função do emprego informal como do emprego formal, embora este último em escala bem menor. Por fim, cabe acrescentar o fato de que o comércio também registra saldos negativos a partir de 1995, sugerindo que o processo de reestruturação produtiva não se restringe apenas à indústria, afetando também ramos do terciário, como o comércio, que perdem postos formais de trabalho mesmo com o aquecimento da atividade econômica.

5.4 ANÁLISE DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Além da terciarização do emprego e da ocupação, com crescimento do terciário e redução do secundário, outro aspecto fundamental da reestruturação produtiva que se reflete no mercado de trabalho é a crescente importância da ocupação informal, em detrimento do emprego formal, conforme já ventilado na seção anterior, quando se analisou os dados do CAGED/MTb. Nesta seção analisaremos este fenômeno de forma mais detida.

Na Tabela 9 estão os dados da PME relativos à forma de inserção dos ocupados no mercado de trabalho para a década de 90. Nota-se aí a redução contínua do emprego formal (isto é, com carteira de trabalho assinada), que passa de 53,18% dos ocupados

em 1990 para 44,06% dos ocupados em 1997. Contrariamente, os empregados sem carteira têm sua participação em relação à ocupação total ampliada de 19,75% em 1990 para 24,26% em 1997, enquanto que, no mesmo período, os trabalhadores por conta própria passam de 22,61% para 27,76%. Estes movimentos confirmam, na RMS, a mesma tendência que se observa em todo o país, qual seja, aumento da informalidade no mercado de trabalho, com piora nos vínculos empregatícios, em detrimento do emprego formal, cada vez mais restrito.

TABELA 9

POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO RMS - 1990 a 1997 (em %)

TIPO DE INSERÇÃO	ANO							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
EMPREG. C/CARTEIRA	53,18	51,03	50,30	49,19	45,28	44,26	43,9	44,06
EMPREG. S/CARTEIRA	19,75	21,12	21,59	21,76	23,64	25,08	24,52	24,26
CONTA PRÓPRIA	22,61	23,99	23,97	25,29	27,59	27,05	27,71	27,76
EMPREGADORES	3,63	3,16	3,42	3,00	2,28	2,67	2,96	3,03

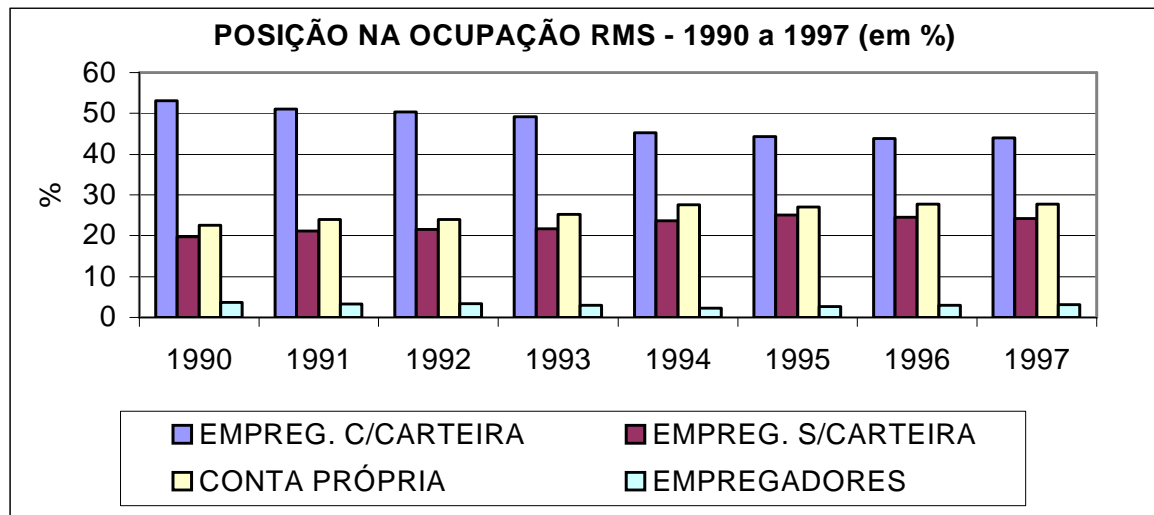
Fonte: PME- IBGE

No período pós-Plano Real o aumento da ocupação no Brasil (média das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE) se deu exclusivamente em função do aumento dos empregados sem carteira e dos por conta própria, ou seja, da ocupação informal, que cresceu cerca de 15% entre 1993 e 1996. Já o emprego com carteira caiu neste período (Amadeo, 1997). Esse comportamento é verificado também na RMS. No primeiro ano do Real (julho de 94 a junho de 95) todo o aumento da ocupação deveu-se ao aumento dos empregados sem carteira (Borges; Filgueiras, 1995). O CAGED registrou saldos negativos para o mercado de trabalho formal tanto em 1995 quanto em 1996 (-8.966 e -5.688, respectivamente).

Para os propósitos perseguidos neste estudo, importa ressaltar o fato de que os dados da PME e do CAGED para o período posterior ao Plano Real mostram que não houve nenhuma alteração significativa neste período, no que diz respeito às tendências já configuradas no período anterior, isto é, participação cada vez menor do emprego formal, tendo em contrapartida o forte e contínuo aumento da informalidade. É evidente, portanto, que este fenômeno está vinculado a um movimento de caráter estrutural, que aponta para uma crescente precarização do emprego, de forma

relativamente independente das flutuações conjunturais ocorridas na economia brasileira nos últimos anos.

GRÁFICO IV



Fonte: PME - IBGE

5.5 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE RENDA

É no âmbito dos níveis de renda da população ocupada que se verificam as principais diferenças observadas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador no período pós Plano Real, em relação ao período anterior.

Como visto no Tópico 4, o triênio 1990/1992, período marcado pelo Plano Collor e pela abertura comercial, se caracterizou, em termos de mercado de trabalho, por aumento na taxa de desemprego, queda nos níveis de rendimento médio real para todas as categorias (considerando tanto a posição na ocupação, como a distribuição setorial), aumento da informalidade, em detrimento do emprego formal, o qual cai principalmente na indústria, e expansão do setor terciário, tendo como contrapartida a redução da participação do secundário na ocupação total.

Já nas primeiras seções deste Tópico 5, constatamos que no período 1993/97, marcado pela retomada do crescimento em função do Plano Real, há uma continuidade dos processos de terciarização da ocupação e de aumento da informalidade. Adicionalmente, a taxa de desemprego mantém-se relativamente estável no período até 1996, elevando-se a partir de 1997.

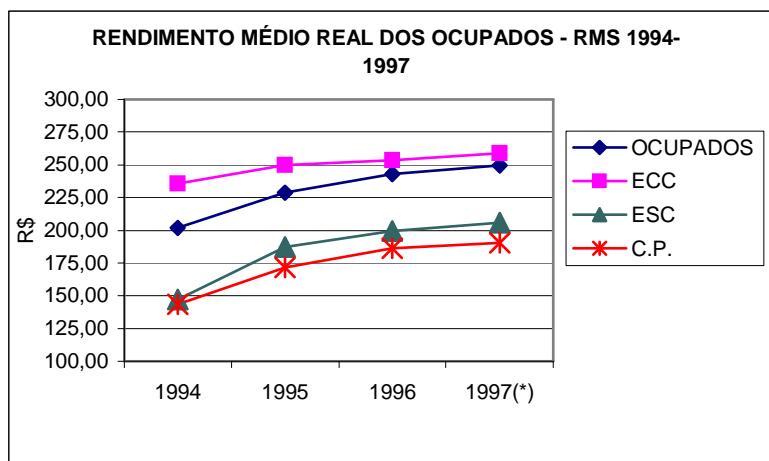
Quando se considera a renda, no entanto, constata-se importantes mudanças no comportamento do mercado de trabalho. Se na "Era Collor" os níveis de renda se mostravam declinantes, nos primeiros anos da "Era do Real" verifica-se uma significativa recuperação do rendimento médio real, principalmente no que se refere aos empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria. Com relação ao Brasil, entre 1993 e 1996, o rendimento médio real cresceu 20%, sendo que para os empregados com carteira cresceu cerca de 10% (abaixo da média, portanto), para os empregados sem carteira, 25%, e para os por conta própria, quase 45% (Amadeo, 1997).

Estes ganhos reais de renda estão diretamente associados à retomada do crescimento e à queda da inflação, com o conseqüente fim do imposto inflacionário. Este "imposto" era pago principalmente pela população de baixa renda, que, não tendo acesso aos mecanismos de proteção do mercado financeiro, via seu poder de compra ser corroído pela inflação acelerada. Com o fim desse imposto, uma parcela considerável da população teve um ganho significativo de renda real.

Na Região Metropolitana de Salvador constata-se também movimento semelhante dos indicadores de renda. O rendimento médio real dos ocupados passa de R\$201,68 em 1994 para R\$228,59 em 1995, chegando a R\$243,00 em 1996, um aumento de cerca de 20%. Já os empregados com carteira têm aumento de apenas 7,7% no período, enquanto que os empregados sem carteira obtêm 35% de crescimento na renda e os por conta própria, cerca de 30%. A evolução do rendimento médio real desde a implantação do Plano Real pode ser observada no Gráfico V.

Mais uma vez, constata-se que os trabalhadores informais foram mais beneficiados do que os formais com a retomada do crescimento, também sob o aspecto da renda. Este fato fica mais claro quando se observa a evolução do índice de rendimento médio real dos ocupados, desde julho de 1994 (Gráfico VI).

GRÁFICO V

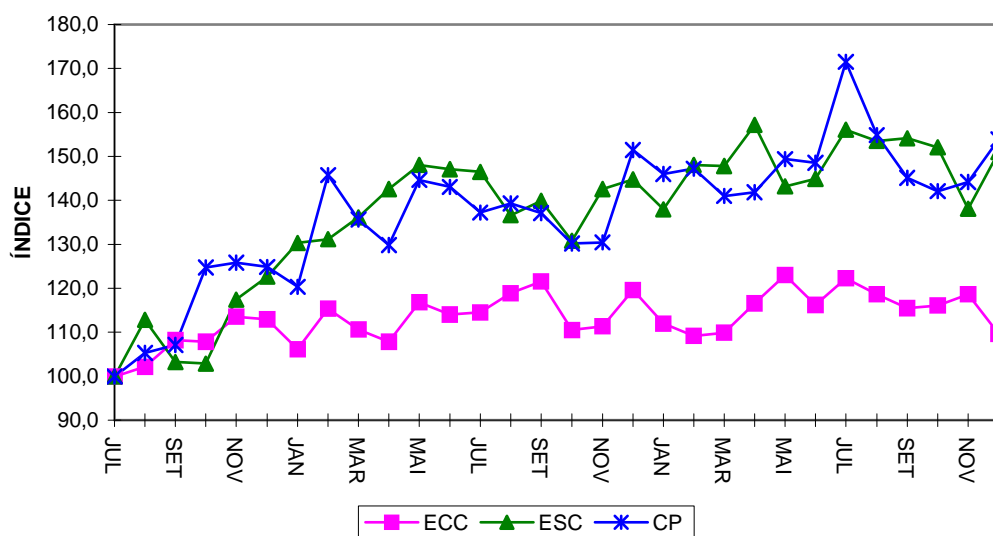


(*) Até agosto/97

Fonte: PME - IBGE

GRÁFICO VI

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE REND. MÉDIO REAL RMS jun/94 a dez/96
(jun/94 = 100)



FONTE: PME - IBGE

Neste gráfico fica claro que o rendimento médio real dos informais cresceu mais do que proporcionalmente em relação ao rendimento dos trabalhadores formais, no período de vigência do Plano Real. Uma das explicações para isto é que os trabalhadores com carteira de trabalho representam o setor formal da economia, no qual o ajuste às transformações estruturais e conjunturais tem sido mais intenso. Além disso, deve-se considerar o fato de que os funcionários públicos tiveram seus vencimentos praticamente congelados no período, como parte da estratégia de desindexação salarial

promovido pelo governo. Por fim, deve-se acrescentar que, conforme já colocado anteriormente, a queda acentuada da inflação beneficiou principalmente a população de mais baixa renda (onde se encaixam normalmente os informais), não só pelo aumento da renda real, mas também pela maior estabilidade e previsibilidade desta ao longo do tempo.

Outra observação que pode ser feita é que o crescimento da renda ocorre de forma mais forte no primeiro ano do Real, ou seja, de 1994 para 1995. A partir de 1995, os ganhos de renda se dão de forma mais suave, sendo que para os empregados com carteira ocorre praticamente uma estagnação. Constata-se, portanto, que a melhoria nas estatísticas de renda se deve essencialmente à queda abrupta da inflação, a partir do segundo semestre de 1994.

Um indicador adicional que nos permitiria, a um só tempo, analisar melhor os possíveis impactos do Plano Real sobre a renda e representar de modo mais realista a verdadeira quantidade de desempregados na RMS pode ser obtido somando-se os abertamente desocupados, os ocupados sem rendimento e os ocupados recebendo menos de 1 salário mínimo.

TABELA 10

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO E DE "DESEMPREGO TOTAL" RMS - 1993/1996

TAXAS	ANOS			
	1993	1994	1995	1996
TX DESEMPREGO ABERTO	6,61	7,06	6,72	6,84
TX DESEMPREGO TOTAL (*)	27,76	31,54	21,44	21,90

FONTE: IBGE - PME

(*) trata-se de uma aproximação (desocupados + ocupados sem rendimento + ocupados recebendo menos de 1 SM); esta categoria não existe na PME.

Os dados da Tabela 10 revelam que em 1994 os desocupados, ocupados sem rendimento e ocupados auferindo menos de 1 SM somavam nada menos que 31,54% da PEA. Se admitirmos que os "ocupados" sem rendimento e com menos de 1 SM se encontram na verdade, em sua maior parte, numa situação de desemprego disfarçado por trabalho precário, temos então uma idéia da dimensão da miserabilidade existente na Grande Salvador.

Por outro lado, esse indicador cai para 21,44% (o patamar mais baixo na década) em 1995. Essa redução de dez pontos percentuais em apenas um ano sugere uma significativa melhora (ou, mais adequadamente talvez, um abrandamento da miséria) no mercado de trabalho local. Uma vez que a proporção dos desocupados em relação à PEA (ou seja, a taxa de desemprego) se manteve estável no período, é razoável concluir que esta melhora se deve à redução dos ocupados sem rendimento e com menos de 1 SM, o que, por sua vez, indica considerável melhoria na renda dessas pessoas.

Em suma, pode-se dizer que, no que toca à questão da renda, houve uma significativa melhora no mercado de trabalho da RMS nos primeiros anos do Real, quando se compara com o período 1990/1992. Crescem os rendimentos médios reais dos ocupados, dos empregados sem carteira, dos por conta própria e dos empregados com carteira. Estes últimos, no entanto, têm incremento na renda bem menor, podendo-se dizer que houve mesmo uma perda relativa em relação aos trabalhadores inseridos no mercado informal de trabalho (empregados sem carteira e por conta própria). Por fim, registra-se em 1995 uma expressiva melhora nas condições de vida dos estratos de renda mais baixos dentre os ocupados. Essa melhora é constatada pela redução da participação dos desocupados, mais ocupados sem rendimento e com menos de 1 SM em relação à População Economicamente Ativa⁷.

⁷ Como já foi ressaltado antes, essa melhora é, evidentemente, relativa. Em 1997, 21,9% dos integrantes do mercado de trabalho local estavam desocupados, ou recebiam menos de 1 SM ou mesmo não tinham nenhum rendimento, o que evidencia a precariedade deste mercado de trabalho.

6 CONCLUSÃO

Na década de 90, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador passa por importantes mudanças, causadas tanto por fatores de ordem estrutural quanto de ordem conjuntural.

Dentre as determinações estruturais que afetam o emprego e a renda se destacam as transformações usualmente associadas ao processo de globalização. Compreendem a reestruturação produtiva, com adoção de novas tecnologias, novas estratégias empresariais e novos padrões de gestão do trabalho que têm por efeito a redução do emprego direto nas empresas, terceirização de serviços, diminuição do emprego industrial, aumento da importância do setor terciário e precarização dos vínculos empregatícios, com elevação do trabalho informal. No Brasil, este processo se intensifica no início do governo Collor, com a abertura comercial, e perpassa toda a década.

Do lado das transformações conjunturais, tem-se na década de 90, dois períodos distintos. O primeiro é marcado pela recessão da "Era Collor", com queda do emprego e dos níveis de renda. O segundo se refere à retomada do crescimento associada ao Plano Real, já a partir de 1993 e de forma mais intensa a partir de 1994.

No primeiro período (1990 a 1992), a taxa de desemprego da PME - Região Metropolitana de Salvador muda de patamar, refletindo a recessão imposta pelo Plano Collor. Ocorre queda generalizada dos rendimentos médios reais para todas as categorias. Cresce o emprego informal em detrimento do emprego formal (empregados com carteira) e cai o emprego no secundário, tendo como contrapartida o aumento da participação do terciário.

No período seguinte, isto é, a partir da implantação do Plano Real, ocorre uma retomada do nível de atividade. A taxa de desemprego da PME para o Brasil apresenta um ligeiro recuo entre 1993 e 1995, mas este movimento não é verificado na RMS, onde a taxa de desemprego se manteve relativamente estável entre 1992 e 1996. Este fato nos leva a

concluir que existem fatores estruturais específicos à Região Metropolitana de Salvador que mantiveram o desemprego em níveis elevados e estáveis mesmo com o aquecimento da economia. Tais fatores dizem respeito essencialmente à crônica super oferta de mão de obra, provocada pela migração oriunda do interior do estado, pelo crescimento vegetativo da população e pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, além do fato de que os principais vetores de crescimento da economia local são altamente intensivos em capital (indústria petroquímica em particular).

A partir de 1997, entretanto, o desemprego volta a aumentar na RMS, refletindo não só os problemas estruturais listados no parágrafo anterior, mas também sugerindo que a dinâmica de crescimento trazida pela estabilização monetária se esgotou e, nesse sentido, o Real passa também a dificultar a resolução do problema do desemprego, ao impedir que a economia cresça a um ritmo mais veloz.

Com relação aos níveis de renda, nota-se uma nítida mudança no período pós-Real, em relação ao período anterior. O rendimento médio real cresce, principalmente para os empregados sem carteira e por conta própria, que têm expressiva recuperação de renda, invertendo a tendência de queda generalizada que vinha dos anos Collor.

Não há, no entanto, considerando os dados da PME, alteração significativa no período pós-Real no que se refere ao processo de terciarização da ocupação e precarização dos vínculos empregatícios, tendências configuradas já no triênio 1990/92, sendo evidente, portanto, a existência de fatores estruturais de longo prazo que afetam o mercado de trabalho ao longo de toda a década, de forma relativamente independente das flutuações conjunturais⁸.

Em suma, os principais impactos do Plano Real sobre os indicadores de emprego e renda na RMS foram: inverter a tendência de queda na renda dos ocupados, possibilitando ganhos reais de renda, principalmente para os informais, e segurar, até

⁸ Menezes e Carrera-Fernandez (1998), utilizando outra base de dados (PED, para o período entre outubro/96 e outubro/97), detectaram um tênue movimento de formalização do mercado de trabalho da RMS, com redução do ritmo de crescimento da informalidade, no período por eles considerado. Esse é um dado interessante, que merece futuras investigações, no sentido de 1) verificar se tal movimento é

1996, embora em patamares muito elevados, a taxa de desemprego que vinha crescendo desde 1990. A partir de 1997 o desemprego recrudescce, evidenciando o esgotamento do crescimento trazido pela queda da inflação e potencializando os efeitos negativos dos determinantes estruturais do desemprego na RMS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Edward. A fase mais dura do ajuste. *Gazeta Mercantil*, 25 ago. 1997, p.A-4.

AMADEO, Edward, ESTEVÃO, Marcello. *A Teoria econômica do desemprego*. São Paulo: Hucitec, 1994.

AVENA FILHO, Armando. *A Bahia nos Anos 90: temas estratégicos*. Salvador: Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1990.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Flexibilidade no mercado de trabalho e desemprego: a experiência americana e européia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.5, n. 3, dez. 1995.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de, MENEZES, Wilson Ferreira. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.14, n. 1/2/3, dez. 1996.

BACHA, Edmar L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1997.

BORGES, Ângela. Trabalho e renda nos anos 90: novos horizontes de exclusão. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, CEI, v.3, n.3, dez. 1993.

BORGES, Ângela. Trabalho, emprego e renda: desafio presente e futuro. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, CEI, v.4, n.2/3, dez. 1994.

BORGES, Ângela, FILGUEIRAS, Luiz. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.5, n.3, dez. 1995.

- BRAGA, Thaiz Silveira. O emprego na Região Metropolitana de Salvador - transformações conjunturais e estruturais 1990 a 1995. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.13, n. 2/3, maio/dez. 1995.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: menos empregos, mais política pública. In: Encontro Nacional de Economia, 23, Salvador, 1995. *Anais Anpec*, Salvador, 1995.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. *Crescimento, competitividade, emprego: os desafios e as pistas para entrar no século XXI: livro branco, pasta C*. Luxemburgo, CEE, 1993.
- CORSEUIL, Carlos, REIS, Carla, URANI, André. Determinantes da estrutura do desemprego no Brasil; 1986-1995. In: Encontro Nacional de Economia, 24, Águas de Lindóia, 1996. *Anais Anpec*, Águas de Lindóia, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, Campinas, UNICAMP, n.1, ago. 1993.
- DEDECA, Cláudio, BRANDÃO, Sandra. Recessão, emprego e desemprego: as perspectivas em relação a este grave problema social. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.10, n.2/3, maio/ago./set./dez. 1993.
- DELFIN NETTO, Antônio. Desemprego no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 ago. 1998, p. 1-2.
- FAGUNDES, Maria Emília M. O setor informal na RMS. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.10, n.1, jan./abr. 1993.
- FILGUEIRAS, Luiz. Plano FHC: da "âncora cambial" à "âncora salarial". *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n. 14, ago. 1995.
- FILGUEIRAS, Luiz. Os impactos do Plano Real sobre a taxa de desemprego. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n. 27, ago. 1996.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 2 jul. 1995, *Caderno Especial: Real 2.º Tempo*.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego - PME*. IBGE, Rio de Janeiro, 1991/1998. (dados coletados na Internet em <http://www.ibge.org.br>)

MATESCO, Virene Roxo. A dinâmica da reestruturação produtiva das empresas no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 23, Salvador, 1995. *Anais Anpec*, Salvador, 1995.

MATTOSO, Jorge. Crescimento e emprego: EUA x Europa. *Folha de São Paulo*, 10 jun. 1997, Caderno Dinheiro, p.2.

MENEZES, Vladson Bahia. O Plano Real: análise e perspectivas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, CPE/CEI, n. 2, jul. 1994.

MENEZES, Wilson, CARRERA-FERNANDEZ, José. Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n. 45, fev. 1998.

NERI, Marcelo, CONSIDERA, Claudio, PINTO, Alexandre. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: Encontro Nacional de Economia, 24, Águas de Lindóia, 1996. *Anais Anpec*, Águas de Lindóia, 1996.

PETITINGA, Luiz Alberto, VIEIRA, Luiz M. R. Considerações sobre o Plano Real: principais medidas e impactos. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, CPE/CEI, n. 2, jul. 1994.

POCHMANN, Marcio. O problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo. In: Encontro Nacional de Economia, 24, Águas de Lindóia, 1996. *Anais Anpec*, Águas de Lindóia, 1996.

PROSERPIO, Renata. Desemprego na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n. 18, nov. 1995.

PROSERPIO, Renata. Desemprego: diferentes causas demandam soluções distintas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n. 47, abr. 1998.

SEI. Desemprego: taxas elevadas evidenciam gravidade do problema. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n. 47, abr. 1998.

SOUZA, Frederico Fernandes de. Efeitos do Plano Collor no mercado de trabalho regional. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.7, n.1/2, jan./ago. 1990.

SOUZA, Frederico Fernandes de. Mercado de trabalho na Bahia: alguns aspectos de sua heterogeneidade. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.8, n.1/2, jan./ago. 1991.